

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Simone Serpa Catafesta

**O povo Kaingang: arte e cultura**

Passo Fundo

2013

Simone Serpa Catafesta

## **O povo Kaingang: arte e cultura**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em História sob a orientação da professora Doutora Rosane Marcia Neumann.

Passo Fundo

2013

CIP – Catalogação na Publicação

---

C357p Catafesta, Simone Serpa

O povo Kaingang : arte e cultura / Simone Serpa Catafesta.

– 2013.

88f.: il.color.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de  
Passo Fundo, 2013.

Orientadora: Professora Doutora Rosane Marcia Neumann.

1. Índios Kaingang. 2. Índios - Vida e costumes sociais. 3.  
Reservas indígenas-Nonoai (RS). I. Neumann, Rosane Marcia,  
orientadora. II. Título.

CDU: 981.65

---

Catálogo: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Dedico este estudo a meus familiares

## AGRADECIMENTOS

Certamente, agora devo dizer obrigada a tudo o que consegui até aqui. Minha eterna gratidão a vocês, meus familiares, que, com todo o carinho, compartilharam os meus ideais e me incentivaram a prosseguir nessa tarefa. Hoje, tenho coragem de encarar as dificuldades da vida, pois aprendi com vocês que nada é fácil, mas com amor, carinho, persistência e dedicação tudo se consegue.

Há sempre "alguns" na vida da gente que é impossível esquecer. Esses são meus pais, meu irmão, minha filha e meu querido marido. Muito obrigada pela paciência e pelas palavras de incentivo. Hoje, gostaria que vibrassem comigo não porque conquistei, mas porque juntos conquistamos mais um desafio em nossas vidas.

A inteligência e a cultura têm duas tarefas distintas: a primeira, dar segurança e ânimo às pessoas; a segunda, mais misteriosa e não menos importante, consiste em possibilitar o desabrochamento pleno das pessoas. Tive as duas oportunidades com minha mestra e orientadora, a quem agradeço o resultado de um esforço comum, pois repartiu comigo os seus conhecimentos, transformando o meu ideal em realização.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado, que, com empenho e conhecimento, apoiaram-me nessa busca de novos saberes.

E, por fim, sou grata a todos aqueles que estiveram comigo nesse percurso, tantas vezes confuso e tortuoso, mas cheio de possibilidades e desafios.

Muito obrigada a todos!

Leve na sua memória, para o resto de sua vida, as coisas boas que surgiram no meio das dificuldades. Elas serão uma prova de sua capacidade em vencer as provas e lhe darão confiança na presença divina, que nos auxilia em qualquer situação, em qualquer tempo, diante de qualquer obstáculo [...]. É exatamente disso que a vida é feita: De momentos! Momentos os quais temos que passar, sendo bons ou não, para o nosso próprio aprendizado, por algum motivo. Nunca esquecendo do mais importante: Nada na vida é por acaso...

Chico Xavier

## RESUMO

O contato dos índios kaingang com a sociedade branca, no Rio Grande do Sul, teve início no final do século XVIII, tendo como desdobramentos a médio e longo prazo as trocas culturais, provocando a transformação da cultura indígena com a incorporação de novos elementos e a perda de outros. A presente pesquisa tem como objetivo estudar o processo de transculturação ocorrido entre os índios kaingang, observando as marcas dessas modificações em sua arte e seu artesanato, verificando quais os traços mantidos e como outros foram adaptados, atendendo às demandas das comunidades indígenas e do mercado consumidor. Pretende também investigar a transmissão e a reatualização de valores, saberes e fazeres de geração em geração e, mais recentemente, no espaço escolar, mantendo viva a língua materna, seus rituais e festas e a convivência com as novas tecnologias. Como recorte espacial e temporal, optamos pela reserva indígena de Nonoai, situada entre os municípios de Gramado dos Loureiros e Nonoai, no norte do Estado, no período de um século (1913-2012). Justifica-se a relevância dessa abordagem temática pelo seu ineditismo e as próprias peculiaridades dessa reserva indígena criada em 1913, foco de muitos conflitos e profundas mudanças culturais. Metodologicamente, foi realizada a revisão da bibliografia pertinente ao tema e a coleta de dados empíricos, com a visita à reserva e o registro de informações orais. A pesquisa constatou que o saber indígena, aqui incluídos a arte, o artesanato, a língua, os costumes e as tradições, é passado de geração em geração na convivência familiar, nos espaços de sociabilidade e no âmbito escolar, mantendo viva a tradição oral, assim como as transformações ou modernização que aconteceram na prática e na confecção da arte e do artesanato, com a substituição da matéria-prima extraída da natureza. A situação das comunidades que fazem parte do território indígena em questão apresenta as mais variadas condições; contudo, sua estrutura social e seus princípios cosmológicos continuam vigorando. A confecção do artesanato e a língua são possibilidades de divulgação da cultura indígena. Nessa perspectiva, entendemos que as mudanças e as transformações desse artesanato, inclusive sua modernização, são o resultado em parte da transculturação e da própria demanda. Portanto, a história da cultura indígena kaingang nos permite refletir sobre as várias possibilidades de registros efetivados pela história oral. Essa reflexão oportuniza conhecer o dia a dia, as práticas e as ações desenvolvidas por essa população.

*Palavras-chave:* Kaingang. Cultura. Reserva Nonoai.

## ABSTRACT

The contact of the Indians kaingang with white society in Rio Grande do Sul began in the late eighteenth century, with the developments in the medium and long term cultural exchange, leading the transformation of indigenous culture, with the incorporation of new elements and the loss of others. This research aims to study the process of acculturation occurred between the Indians kaingang, noting the marks of these changes in his art and his craft, determining the traits that are kept, and how others have been adapted to meet the demands of indigenous communities and consumer market. It also seeks to investigate the transmission and actualization of values, knowledge and practices from generation to generation, and more recently, in school, keeping alive the language, rituals and festivals, and living with new technologies. How spatial and temporal clipping, we chose Nonoai Indian Reservation, located between the cities of Laurel Lawn and Nonoai, upstate, in the period of a century (1913-2012). Justified the relevance of this approach for its thematic originality, and the very peculiarities of this Indian reservation, created in 1913, the focus of many conflicts and profound cultural changes. Methodologically, we performed a review of the literature pertinent to the subject, and the collection of empirical data, with a visit to the reserve and record oral information. The survey found that indigenous knowledge, here including art, crafts, language, customs and traditions are passed down from generation to generation in family life, in the spaces of sociability and in the school, keeping alive the tradition oral. Iguualmente, the transformation or modernization that occurred in practice and in the making of art and craft, with the substitution of raw materials extracted from nature. The situation of the communities that are part of Indian territory in question has the most varied conditions, however, their social structure and cosmological principles remain in effect. The making of crafts and language are possibilities for dissemination of indigenous culture. In this perspective, we believe that the changes and transformations of this craft, including its modernization, is the result partly of acculturation and own demand. Therefore, the history of Indian culture kaingang allows us to reflect on the various possibilities of records effected by oral history. This reflection gives opportunity to know the day to day practices and the actions taken by this population.

*Keywords:* Kaingang. Culture. Reserve Nonoai.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da ocupação indígena kaingang no sul do Brasil. ....	16
Figura 2: Mapa da localização do rio Uruguai e aldeias do Rio Grande do Sul. ....	18
Figura 3: Desenho das casas subterrâneas – característica da tradição taquara. ....	20
Figura 4: Fotos obtidas na escola indígena Pero Gá, Gramado dos Loureiros.....	27
Figura 5: Mapa de localização e limites da aldeia localizada em Gramado dos Loureiros.....	36
Figura 6: Pintura kaingang exposta na Unochapecó. ....	49
Figura 7: Artesanato utilitário. ....	50
Figura 8: Artesanato decorativo. ....	52
Figura 9: Artesanato decorativo. Colares. ....	57
Figura 10: Artesanato decorativo. ....	59
Figura 11: Casa com Placa sobre a venda de artesanato. ....	61
Figura 12: Venda de artesanato. ....	62
Figura 13: Reportagem do jornal Visão da Notícia. ....	63
Figura 14: Peneira com sementes. ....	64
Figura 15: Cesto com palha de milho para tratar o gado.....	65
Figura 16: Balaio com ovos.....	66
Figura 17: Montagem de fotos coletadas numa exposição em comemoração ao Dia do Índio.....	67
Figura 18: Desenhos criados pelos alunos indígenas. ....	69
Figura 19: Montagem de fotos coletadas numa exposição em comemoração ao Dia do Índio. ....	70
Figura 20: Ginásio Poliesportivo localizado na escola Pero-Gá. ....	73
Figura 21: Festa de inauguração do Ginásio Poliesportivo. ....	74
Figura 22: Pinturas expostas na 3ª Semana Cultural Indígena. ....	75
Figura 23: Danças apresentadas na 3ª Semana Cultural Indígena.....	76
Figura 24: Escola Pero-Gá.....	79

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

AERs – Administrações Executivas Regionais

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TIs – Toldos Indígenas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 O POVO KAINGANG NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>13</b>
1.1 A origem do povo kaingang.....	14
1.2 A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e sua atuação no processo de aldeamento .....	21
1.2.1 A instituição FUNAI.....	23
1.3 O mito da origem kaingang.....	24
1.4 Considerações sobre a identidade cultural kaingang .....	28
1.5 Origem mitológica do cacique Nonohay .....	30
1.6 Origem da reserva de Nonoai .....	32
<b>2 CULTURA: UM CONCEITO POLISSÊMICO.....</b>	<b>37</b>
2.1 Cultura indígena kaingang.....	39
2.2 Cultura material.....	42
2.3 Arte e artesanato: um paralelo .....	46
2.4 Cultura material kaingang .....	53
<b>3 O ÍNDIO KAINGANG: A ESSÊNCIA DA CULTURA .....</b>	<b>55</b>
3.1 Produção artesanal – artesanato decorativo .....	56
3.2 Artesanato utilitário.....	64
3.3 Arte indígena – o fazer artístico.....	68
3.4 As festas culturais.....	71
3.5 A importância da língua materna para a preservação da identidade cultural .....	77
3.6 A educação indígena kaingang.....	78
3.7 As novas tecnologias inseridas na cultura indígena .....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como enfoque apontar as transformações da cultura indígena kaingang na região do Médio Alto Uruguai, no norte do Rio Grande do Sul, sobretudo na reserva Nonoai, localizada entre os municípios de Gramado dos Loureiros e Nonoai. O objetivo principal é investigar a cultura indígena, envolvendo seus afazeres diários, sua cultura material, artesanato e arte, educação e uso de tecnologias, as mudanças ocorridas na cultura dos indígenas – em especial na cultura material – desde a criação da reserva, em 1913, até 2012, abrangendo, assim, praticamente um século.

Justifica-se a pesquisa pelo fato de não haver um estudo significativo nessa área. Sabemos que a arte e o artesanato indígena kaingang estão presentes em nossa região com bastante diversidade; no entanto, essa cultura vem sendo esquecida e pouco valorizada. Sabemos também que todas as sociedades possuem manifestações próprias e é a partir dessas manifestações que se percebem os elementos de cada cultura. A cultura faz parte das sociedades e é através principalmente do cotidiano que essas diferenças e semelhanças culturais se manifestam.

Sabemos que na cultura indígena kaingang há uma transculturação, visto que vive em contato com diferentes grupos indígenas e com os brancos, havendo, nesse sentido, uma circularidade entre os elementos de uma e de outra. Segundo Carlo Ginzburg (1987, p. 13), analisando a relação entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas da Europa pré-industrial, há “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”. A cultura erudita circula na cultura popular e vice-versa.

Internamente há uma diferenciação no povo indígena, caracterizando-se como um grupo pequeno, com mais acesso a informações e bens de consumo. Apesar de adotarem elementos da cultura do branco, eles não deixaram de ser índios kaingang, não abandonaram sua tradição, mas transformaram seus costumes. Eles estão transculturados, pois adotaram a cultura do branco, sem, no entanto, perder a essência da sua própria cultura.

De acordo com Prat (1999), a transculturação<sup>1</sup> é um espaço de troca, refere-se às apropriações dos elementos nativos, da interconstituição, se dá no embate perceptivo da cultura, enfim, são os elementos que se destacam. O indivíduo não mais apenas olha e narra,

---

<sup>1</sup> O termo “transculturação” foi criado na década de 1940 por Fernando Ortiz em seu *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, está correlacionado ao universo das trocas culturais.

mas se torna responsável por um inventário e alargamento da zona de contato entre a sociedade em que vive e a cultura de determinada região onde ele está, ou vice-versa.

Entendemos a circularidade cultural como um processo de materialização e multiplicação cultural do povo indígena kaingang, sendo que o artesanato e a arte são as principais formas de expressão e materialização da sua cultura, em cujo cotidiano transita a coletividade. Esse convívio cotidiano é marcado por trocas simbólicas e materiais entre outras gerações ou culturas diferentes que com as quais entram em contato.

A cultura kaingang é marcada pelas tradições passadas de geração em geração. O termo “tradição” não se contrapõe à modernidade, pois esta não é uma progressão da tradição, nem um movimento evolucionista teórico proposto para sustentar e nortear esta discussão. Segundo Hobsbawm (1997, p. 9), as tradições são inventadas:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

As características apontadas permitem identificar e analisar a singularidade utilizando-se a tradição como legitimadora das ações e dos eventos históricos, proporcionando um passado que possibilite desejar um futuro para se compreender a lógica das transformações culturais. Entendemos por “tradição” os valores que o índio tem das suas terras, os quais nunca mudam, porém os costumes se transformam, a exemplo do artesanato. Confeccionar é uma tradição, ao passo que os materiais usados estão se modificando; logo, o costume de confeccionar com sementes foi mudado, foram substituídas pelas miçangas, prática essa que podemos defini-la, segundo Hobsbawm (1997), como uma tradição inventada.

Definir o que é cultura não é uma tarefa simples. Podemos identificar a cultura como um processo coletivo e incessante de produção de significados que moldam a experiência social e configuram as relações sociais de um povo. É um sistema de significações mediante o qual uma sociedade é pensada, reproduzida e vivenciada; cada realidade cultural possui uma lógica própria, como resultado de sua história particular.

Diante da multiplicidade de interpretações do termo “cultura”, adotamos como referência duas concepções fundamentais, baseadas em Ginzburg e Hobsbawm: a primeira são as atividades cotidianas, os modos de vida que caracterizam uma coletividade – tradição e

circularidade; a segunda são as práticas de artesanato e arte – cultura material e imaterial –, resultando na aculturação.

O termo “arte” deriva do latim *ars*, comportando o sentido originário do grego, arte manual, ofício, habilidade (adquirida pelo estudo ou pela prática), trabalho, obra. Na acepção mais geral, arte significa todo o conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana qualquer; contudo, arte é uma forma de libertação das restrições impostas pela sociedade. Como nos diz Lênin (1968): “Todo artista, todo aquele que se considera artista, tem o direito de criar livremente de acordo com seu ideal, sem depender de nada.”

Esta pesquisa dissertativa divide-se em três capítulos. O primeiro apresenta uma breve contextualização histórica, geográfica e cultural do povo kaingang, com foco principal na aldeia Nonoai, onde se aborda, nessa perspectiva, a origem mitológica dos índios kaingang, bem como a origem do cacique Nonoai. Trata também da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), um órgão do governo federal, que posteriormente foi substituído pela FUNAI.

O segundo capítulo aborda a cultura material e imaterial dos kaingang, a organização social e a construção de sua identidade enquanto grupo, evidenciando a necessidade de aspectos pertinentes ao conceito de identidade e cultura.

Observando a realidade do povo indígena da reserva de Nonoai, o terceiro capítulo refere-se à essência da cultura indígena kaingang e à produção artesanal, dividida em artesanato decorativo e artesanato utilitário. São mencionados também fatores relevantes sobre a educação, o uso de tecnologia e as festas realizadas na reserva, assim como a infraestrutura, a economia da família indígena, a venda do artesanato, agregando recursos à renda familiar. Acreditamos que todos esses fatores influenciam na preservação e reatualização da cultura do povo indígena kaingang.

A metodologia aplicada nesta pesquisa tem como norte fontes bibliográficas, pesquisa de campo e visitas de observação no campo estudado, com a coleta de informações orais. Por fim, ao longo do trabalho apontamos as transformações que ocorreram no cotidiano e na cultura do índio kaingang, ou seja, como ele se mantém e se relaciona com suas tradições e a vida moderna, assim como as formas de adaptação de seu cotidiano e sua produção em relação aos demais grupos.

## 1 O POVO KAINGANG NO RIO GRANDE DO SUL

Neste primeiro capítulo será feita uma contextualização histórica, cultural e geográfica do povo kaingang da reserva Nonoai. Acreditamos que, para compreender uma sociedade, devemos conhecer o maior número possível de aspectos culturais que circulam em seu meio, especialmente quando se trata de um povo indígena, uma vez que não possui registros culturais escritos, mas apenas utensílios para sua sobrevivência e vida digna. Buscamos acompanhar a trajetória desde a fundação da reserva, em 1913, até 2012, um século, portanto, para termos uma ampla visão da situação vivida por esse povo.

Conhecer a história do povo kaingang, permite-nos refletir sobre as várias possibilidades abertas pela memória, muito além dos registros efetivados pela história oficial. Esse olhar possibilita conhecer o dia a dia, as práticas, as ações que se deixam impregnar nas lembranças, nos sentimentos, nos saberes, nas lutas etc. Dessa forma, a pesquisa torna-se pertinente e enriquecedora, ganha um novo significado, pois abre espaço para a inclusão, a justiça e a solidariedade, ainda tão sufocadas no debate público e na discussão hegemônica sobre o povo indígena.

Entendemos por “povo”<sup>2</sup> o conjunto de habitantes de uma nação, região ou país, abrangendo todas as classes sociais. Portanto, os habitantes precisam conhecer a sua história para não se comprometerem no futuro e para saberem se defender nas questões primordiais do dia a dia, além de não permitir que sua história desapareça na sociedade.

O presente estudo permite-nos um mergulho no contexto histórico e nas transformações do cotidiano indígena kaingang, que tem reflexos profundos na história e memória daquele povo, sobretudo na arte e na cultura. Consideramos que “ter acesso à cultura é o mesmo que ter acesso a uma cultura, a cultura de uma classe ou nação [...], mas tal apropriação mediata e erudita será sempre distinta da familiaridade imediata com a cultura natal [...]” (BOURDIEU, 1992, p. 229).

As sociedades, junto à sua história, exibem questões dignas de interesse de pesquisa, revelando fatos esquecidos na memória do povo ou ainda não se tinha conhecimento. O acesso a diferentes formas culturais propicia à pessoa perceber os diversos valores e sentidos que se podem encontrar numa determinada cultura. Segundo Leroi-Gourhan (1964, p. 10),

---

<sup>2</sup> O termo *populus* vem do latim, e significa povo, como sujeito de uma coletividade, um significativo número de pessoas que se assemelha através de uma unidade cultural.

seria em vão tentar fugir a uma necessidade fundamental tão poderosa como esta que leva o homem a se voltar em direção às suas origens; entretanto, a análise das fontes é talvez a mais lúcida e certamente mais completa se não procuramos apenas descobrir de onde vem o homem, mas também onde ele se encontra e para onde, talvez, ele vai.

Neste contexto percebemos aspectos práticos e técnicos do cotidiano das pessoas, estando presentes as características inerentes aos povos no coletivo e individual. Constitui-se numa cultura difundida em sua trajetória vivencial. A cultura faz parte da identidade dos povos, e por permitir a invenção, transforma culturas e costumes, entendendo-a, portanto, como sendo dinâmica e não é estática.

### 1.1 A origem do povo kaingang

Há divergências entre os pesquisadores com relação à origem do povo kaingang. A corrente historiográfica mais aceita defende que a partir do século XVI já existiam os índios kaingang, denominados, na época, de guaianás (guayanás). A existência do povo kaingang no Rio Grande do Sul é anterior à formação do estado. A região onde hoje está localizado o estado teve seus primeiros habitantes pré-históricos, segundo arqueólogos e historiadores, nos período de 11.000 ou 12.000 anos (NASCIMENTO, 2001, p. 27.), no paleolítico superior. Na região do Alto Uruguai existem registros de vestígios no quinto milênio a.C. Essa civilização tornou-se mais populosa a partir do século V a.C., o que se confirma pelos vestígios encontrados em grutas e cavernas. O mais notório aspecto encontrado são as casas subterrâneas, localizadas em sítios arqueológicos no vale dos rios Caí e Sinos.

Historicamente, antes da denominação kaingang, esse povo recebeu outros nomes, como guayanás, coroados, bugres<sup>3</sup> e botocudos, além de “curupira” – diabo do mato –, ou tapya – caápora – “homem bravo”. Entretanto, sua denominação foi adotada por eles próprios, acostumados com o nome a que pertenciam e com o qual se identificam: kaingang. Kaingang passou a ser utilizado a partir de 1882, introduzido pelo coronel Telêmaco Borba,<sup>4</sup> que dominou e expulsou os índios de suas terras cujo comando ficava “aos seus cuidados”.

<sup>3</sup> A palavra “bugre” é uma denominação com a qual o povo do Rio Grande do Sul ainda chama os índios e acompanha os kaingang desde seu encontro com os brancos. Essa palavra tende a persistir, porém os índios kaingang a classificam como pejorativa e insuportável. Sua origem vem dos neocolonizadores do século XIX.

<sup>4</sup> Telêmaco Borba foi o primeiro que lhes deu o nome de kainganges em seu caderno de registro de observações nas suas viagens. A fonte está disponível no endereço: <[http://biblio.wdfiles.com/local--files/borba-1904-observacoes/borba\\_1904\\_observacoes.pdf](http://biblio.wdfiles.com/local--files/borba-1904-observacoes/borba_1904_observacoes.pdf)>. O material contido neste arquivo foi escaneado e disponibilizado *on-line*, uma obra de difícil acesso e de edição esgotada, Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, junho de 2008.

Telêmaco Borba nasceu em 15 de setembro de 1840, na vila da Borda do Campo, em Curitiba. Era filho do capitão Vicente Antonio Rodrigues Borba e da uruguaia Joana Hilária Morosini. Foi coronel de expedições que abriam picadas para as tropas de muares e bovinos passarem para chegar até São Paulo, e ele foi um dos primeiros a ter contato com os índios que aqui habitavam. Em seus diários de viagem relata vários fatos importantes que vivenciou entre os indígenas. Foi o primeiro geógrafo, dono de vasto conhecimento adquirido através de pesquisas e estudos, possuidor de rara autocrítica; morreu aos 78 anos, vítima de gripe espanhola.

Segundo Borba, “kaingang” significa morador do mato (caa = mato + ingang = morador). Isso porque o povo kaingang era basicamente nômade, tendo como meios de vida a caça, a pesca e a coleta. Os kaingang, cuja ocupação territorial vai de São Paulo ao Rio Grande do Sul, foram um dos maiores grupos indígenas que habitaram a região Sul do Brasil. Atualmente encontram-se distribuídos em 26 toldos indígenas (Tis), desses, 11 estão situados no Rio Grande do Sul. A estimativa atual desse povo é de 25 mil pessoas, segundo fontes do IBGE.



Fonte: Nimuendajú, 1987.

Figura 1: Mapa da ocupação indígena kaingang no sul do Brasil.

Conforme diversos estudos, Telêmaco Borba conviveu por muitos anos com os kaingang, no período de 1863 a 1890, abrindo “picadas”, o que lhe permitiu o registro de mitos e histórias, bem como a elaboração de um pequeno dicionário da língua kaingang e

registros da época. Borba assim os descrevia: “[...] esses índios não têm os olhos bridados, são robustos, laboriosos, e leais [...]”. Essa afirmação justifica-se, pois a mão de obra indígena foi utilizada para a extração da erva-mate, madeira e também na abertura de picadas para a passagem de tropas de gado. Essa relação de proximidade que se estabeleceu entre brancos e índios garantia a defesa dos brancos quando surgia a ameaça de índios arredios.

Com a expulsão ou destruição dos territórios das tribos, muitos índios que conseguiram sobreviver não tinham mais onde habitar. Essa situação teve grandes consequências, pois os indígenas que habitavam o vale dos Sinos, Caí e Litoral foram forçados a migrar para outra região, às margens do rio Uruguai, na província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul. O processo assumiu papel importante na história dos kaingang da região Sul do país. Os colonizadores queriam terras – campos – para criar o gado e, portanto, outra consequência foi a abertura de picadas para a passagem do gado e tropas de muares vindas da Argentina, além da extração de madeira da floresta.

Um fato que chama a atenção e que vale ressaltar é de que os colonizadores do Brasil, inicialmente, escravizaram os índios,<sup>5</sup> como destaca Oliveira: “A escravidão foi adotada pelos colonos [...], usando extensivamente as terras [...] e os ‘negros da terra’ (os índios) para a produção comercial e a subsistência [...]” (2006. p. 39).

Os indígenas foram escravizados e obrigados ao trabalho braçal, que hoje, em grande parte, é feito por animais ou máquinas, como transporte de madeira, plantio e colheita de lavouras. Essa alteração no seu modo de vida teve consequências drásticas para alguns grupos indígenas, implicando elevadas taxas de mortalidade e fugas. Por outro lado, tornava suas vidas mais distantes de sua cultura.

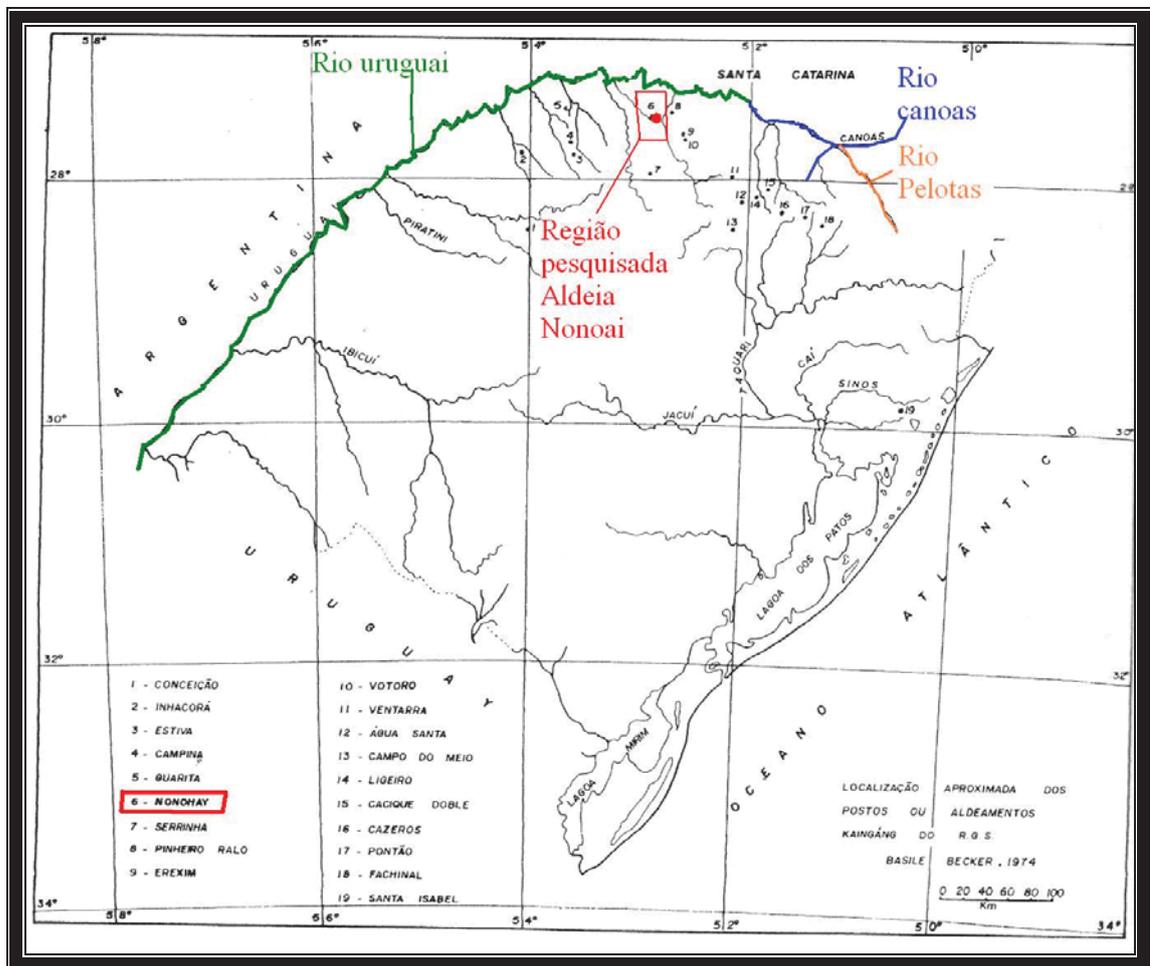
Hermann Ihering descreve sobre os guayanãs, que são ancestrais dos kaingang, e a região onde eles habitavam, seus aspectos e personalidade:

Os Guayanãs habitam os mattos entre o rio Uruguay desde o arroio Guairay até ao rio Paraná na região da povoação Del Corpus. A sua língua é-lhes peculiar, diferente da de todos os outros, dos quaes também se distinguem pela cor mais clara da pelle. São pacíficos e bondosos para com os estrangeiros, tem bastante medo de nadar e passar grandes rios (1904, p. 40).

---

<sup>5</sup> Há estudos sobre a escravidão de índios e o casamento de índias com negros escravos, como mostram estas referências: NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990; FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do cativo*. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1789-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008.

Os índios da região do Oeste de Santa Catarina e do Norte do Rio Grande do Sul habitaram o local pelo motivo de os espanhóis, a partir da metade do século XVIII, começarem as primeiras expedições nos territórios habitados pelos kaingang. Há relatos de que no início houve confrontos entre os índios e os estrangeiros, e por esse motivo os índios que não aceitaram o aldeamento migraram para a região do Goio-en, às margens do rio Uruguai, onde hoje se localiza a aldeia de Nonoai. A localização do rio Uruguai, formado pela junção dos rios Pelotas e Canoas, correndo na direção oeste até a fronteira com a Argentina, pode ser observada no mapa (Figura 2) apresentado a seguir, assim como, próximo ao rio Uruguai, a aldeia a ser pesquisada.



Fonte: Becker, 1976.

Figura 2: Mapa da localização do rio Uruguai e aldeias do Rio Grande do Sul.

A origem do nome Goio-en é indígena, que quer dizer goio = água + en = grande, resultando “grande água” ou rio grande. Esse passo (rio) se localiza onde o rio Passo Fundo deságua no rio Uruguai. É necessário ressaltar que hoje há uma comunidade às margens do rio Uruguai que se chama Goio-en, localizada entre as cidades de Nonoai e Chapecó. Certamente essa localidade era um ponto de passagem dos índios que se deslocavam para a outra margem e, mais tarde, foi usada como passo pelas tropas de muares e bovinos. Atualmente o rio é o limite entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O rio foi um recurso natural que definiu a ocupação da região, pois possibilitou a obtenção de recursos alimentares para a subsistência. Como em suas proximidades existia matéria-prima para a confecção de utensílios e ferramentas, tornou-se referência para a população que vivia em seu entorno desde as mais antigas ocupações humanas na região. Pesquisas arqueológicas revelam que as margens do rio já eram habitadas há dez mil anos por grupos de caçadores e coletores.<sup>6</sup>

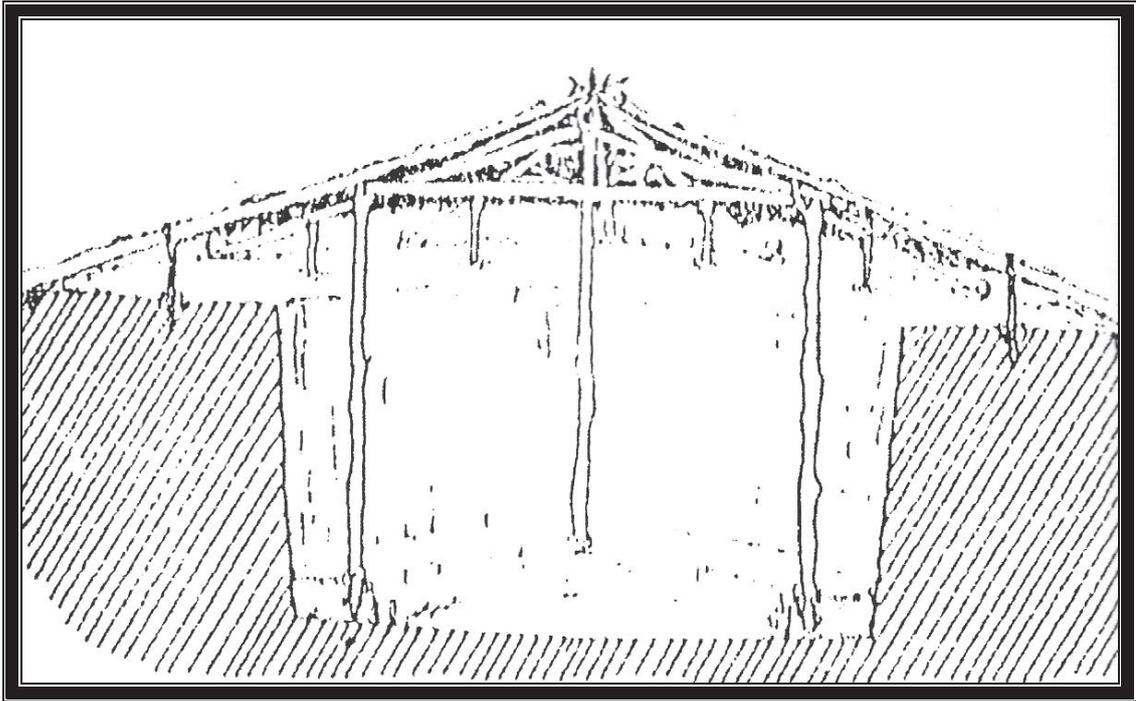
É possível constatar que os kaingang viveram na região do Rio Grande do Sul em período anterior ao século XVIII, no território compreendido entre o noroeste do estado, norte e nordeste, no correr da margem esquerda do rio Uruguai, tendo como limite extremo: ao norte, o rio Piratini; ao nordeste, o rio Pelotas, acompanhando a linha dos municípios litorâneos; ao sul, chegam às matas da bacia dos rios Caí, Taquari e Jacuí, e entre os meridianos de 51°30' e 54°15' oeste de Greenwich, e os paralelos de aproximadamente 27°20' e 28°. Estão situados na região do Planalto rio-grandense e sua encosta na altitude de 300 a 1.000 metros (BECKER, 1976) (Figura 2).

As áreas elevadas da região Meridional do Brasil foram habitadas pelos kaingang. Essa preferência dá-se em razão da abundância de araucária e a base de sua alimentação ser o pinhão, além da grande quantidade de animais e água (rios para a prática da pesca). Eles viviam em pequenos grupos, de aproximadamente trinta “magotes”,<sup>7</sup> suposição que vem provar o estudo sobre as casas subterrâneas encontradas e agrupadas em núcleos citada como a tradição taquara.

---

<sup>6</sup> Extraído do artigo Vidas em torno do rio: uma abordagem histórica das relações estabelecidas entre as populações na região Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul e o Rio Uruguai. *Cadernos do CEOM* - Bens culturais e ambientais. Chapecó: Argos, 2008. P. 109.

<sup>7</sup> Nomenclatura dada por Telêmaco Borba em 1908, hoje chamamos de “tribo”.



Fonte: NASCIMENTO, 2001.

Figura 3: Desenho das casas subterrâneas – característica da tradição taquara.

Segundo Becker (1976), a tradição taquara foi um dos primeiros sistemas de moradia criado e utilizado pelo grupo caçador, coletor, pescador e horticultor que ocupou a região Sul do Brasil. Resta um significativo vestígio arqueológico, tais como os abrigos e cavernas, além das casas subterrâneas, que eram as estruturas circulares onde os índios se abrigavam. Acredita-se que foram construídas nas partes mais elevadas do Planalto, região de invernos rigorosos, a partir do século V d.C., mantendo-se até o final do século XVII, o que representava um domínio sobre o meio ambiente. Os portadores da cultura material definida como taquara poderiam, assim, explorar um importante alimento, a semente da araucária – o pinhão. As formas dessas habitações eram circulares ou elípticas e tinham uma dimensão média entre 5 e 8 m de diâmetro e 2 m de altura.

A primeira observação que temos sobre as casas subterrâneas aparece em Gabriel Soares de Souza em seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Consta nessa obra que os guaianás (goyanazes) viviam em covas pelo campo debaixo do chão. Depois dessa informação, somente a partir do início do século XX, Telêmaco de Borba faz referências às “covas”, que hoje as chamamos de “casas subterrâneas”, de “moradas de índios” (BORBA, 1908).

## 1.2 A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e sua atuação no processo de aldeamento

No final do século XIX, ocorreu um significativo desenvolvimento econômico, exigindo uma urgente necessidade de infraestrutura no setor de transporte. Houve uma grande expansão, principalmente no setor ferroviário, que, além dos benefícios econômicos, provocou um desencadeamento de efeitos negativos para os índios, uma vez que as vias adentraram nos seus territórios.

A construção da ferrovia interligou São Paulo–Rio Grande do Sul, que fazia parte dessa nova perspectiva de expansão. Partia de Santa Maria (RS) em direção ao rio Uruguai na altura de Marcelino Ramos, onde adentrava nas matas do território povoado pelos indígenas kaingang. Logo após a construção da ferrovia, em 1910, houve um grande fluxo migratório de colonizadores no Alto Uruguai e, conseqüentemente, as terras indígenas ficaram expostas e exploradas pelos brancos que aqui passaram a residir.

Essa situação provocava discussões entre os positivistas da época, no sentido de elaborarem uma política para os indígenas. A preocupação básica deles era a necessidade de harmonizar a relação entre os vários grupos sociais com os índios, a fim de que eles pudessem progredir para o estágio de civilização, sem conflitos. Com essa convicção, surge o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que foi a primeira entidade oficial a ser fundada, com o intuito de prestar assistência à população indígena brasileira. O SPI foi fundado pelo decreto nº 8.072, de 20 de julho de 1910, pelo então governo Nilo Peçanha. Esse órgão ficou vinculado ao governo Federal e ao Ministério da Agricultura, considerando que já tinha certo conhecimento sobre os conflitos políticos e ideológicos entre os colonizadores e os indígenas.

Em meio a polêmicas nacionais sobre os indígenas,<sup>8</sup> criaram-se princípios para lhes assegurar os seus costumes, sua alimentação e seu modo de vida, definindo formas de proteção, para que o homem “civilizado” não influenciasse na sua cultura. O SPI obedecia a cinco princípios: demarcar as terras dos indígenas; proteger os índios de invasores e defendê-los da violência dos exploradores; ensinar técnicas de cultivo e administração de seus bens; socorrer os índios na doença; educá-los formalmente a fim de aprender novos ofícios (ABREU, 2001, p. 3243). O SPI queria, sim, transformar a cultura indígena kaingang e “barrar” seu modismo.

---

<sup>8</sup> Polêmica entre os positivistas e Hermann Von Ihering sobre o extermínio dos índios, que consta no livro *A antropologia do estado de São Paulo* (IHERING, 1904).

O fundamento proposto era basicamente derivado do pensamento positivista. Segundo seus adeptos, era obrigação do Estado oferecer essas condições aos índios, para que pudessem evoluir progressivamente, até chegarem ao estágio superior da civilização, podendo integrar-se à nação.

As primeiras ações do SPI foram pacificar algumas tribos e demarcar as terras ocupadas pelos índios com o seu consentimento. Existe uma contradição notória em relação ao SPI, a chamada “pacificação” e não “proteção” aos índios. A atuação do SPI no Rio Grande do Sul teve um estilo próprio, pois aqui os índios já se encontravam aldeados, desde o final da segunda metade do século XIX, o que dispensou o trabalho de pacificação e aldeamento, pois o próprio Estado já havia se encarregado de desempenhar esse papel anteriormente. A partir de 1941, o SPI começou a atuar na região do Alto Uruguai, e à medida que a ação era implementada surgia a exploração da madeira e das próprias terras indígenas, nas quais a araucária, em particular, sofreu grande devastação.

O fato que envolvia a exploração da madeira em terras indígenas não se restringia somente ao corte das árvores, mas também à destruição da mata, que ao mesmo tempo destruía a cultura kaingang, visto que parte da alimentação e matéria-prima para o artesanato era também destruída da mata. Outra dificuldade eram os constantes conflitos entre os índios no que diz respeito à obtenção de vantagens sobre os valores monetários da madeira extraída das terras das aldeias.

O SPI pretensamente fora criado com o intuito de proteger o índio, no entanto o que se viu foi uma grande divergência, pois o órgão gerou uma “paternalização” do índio como forma de protegê-lo e o tratou como um ser inferior e de menoridade, criando, em consequência disso, uma dependência.

Desenvolveu-se uma visão negativa sobre a atuação do SPI, que nos primórdios pregava uma atuação humanista perante as questões indígenas, no entanto, com o decorrer do tempo, distanciou-se de seus princípios, permitindo a exploração de madeiras e riquezas naturais, legitimando, dessa forma, vários crimes cometidos pelo homem branco e o próprio SPI.

No final da década de 1950 e início da de 1960, funcionários do SPI foram acusados de vários crimes, como corrupção, extração de madeira das reservas indígenas, desvio de verbas, crimes contra indígenas, além do aumento de empreguismo no SPI. Todos esses fatos canalizaram para a sua extinção, e em seu lugar foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 5 de dezembro de 1967, que até hoje atua nas causas indígenas do país.

### 1.2.1 A instituição FUNAI

A FUNAI iniciou suas atividades implantando frentes de atração em benefício dos índios, preocupada com seu bem-estar e seus direitos. Ao longo de sua trajetória foram criadas outras instâncias administrativas, como superintendências, administrações executivas e núcleos locais de apoio. Esse órgão foi, e é, muito importante para a defesa das causas do povo indígena. Inicialmente, quando instituída, a FUNAI teve a função de executar a tarefa de tutela do Estado sobre os povos indígenas em todo território brasileiro.

A entidade foi criada com o intuito de promover ações de administração pública sobre os povos indígenas, bem como defender a política indigenista. Originou-se de um esforço global para a redefinição de estratégias de proteção ao índio. Contou com o apoio da ONU para se tornar uma instituição, pois, apesar de ter sido criada em 1967, só foi efetivada em 1969.

O objetivo da FUNAI, segundo o artigo 1º da lei nº 5.371/67, é

[...] estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados: a) respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais; b) garantir à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes; c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional; d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução socioeconômica se processe a salvo de mudanças bruscas; II – gerir o patrimônio indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização; III – promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas; IV – promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios; V – promover a educação de base apropriada do índio, visando à sua progressiva integração na sociedade nacional; VI – despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo pela causa indigenista; VII – exercitar o poder polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio (ABREU, 2001, p. 2427).

Esses objetivos não foram todos plenamente alcançados, por esse motivo foram feitas várias alterações na lei. O funcionamento real desse órgão sempre esteve condicionado a múltiplos interesses, tanto do governo quanto dos funcionários, além dos interesses que perpassam a esfera nacional.

Na história da FUNAI vemos algumas práticas isoladas de corrupção por parte de alguns funcionários e dirigentes, porém hoje é um símbolo de “corporativismo autoreprodutivo” (ABREU, 2001, p. 2429). Com sede em Brasília e Administrações Executivas Regionais (AERs) espalhadas por vários lugares do território brasileiro, procura

assegurar aos índios o bem-estar e o seu valor dentro da sociedade, além de defender a preservação de sua identidade e de todos os seus direitos, assim como a demarcação das terras indígenas, conforme estabelecido na legislação vigente.

### **1.3 O mito da origem kaingang**

Os mitos são elementos de informação sobre a concepção do universo, incluindo os temas da criação do mundo, da origem da agricultura, das relações ecológicas entre animais, plantas e outros elementos. A metamorfose desses seres – humanos e animais – é a razão de ser de certas relações sociais culturais, importantes no surgimento do homem. E, sendo parte da história de um povo, mantém com a história uma relação de registro e interpretação, alicerce do presente e projeção do futuro.

Vale salientar que até pouco tempo atrás muitos entendiam que as sociedades indígenas eram um povo sem história. Hoje, a partir de várias pesquisas, evidenciamos que as sociedades e a cultura desse povo tiveram diversas e significativas histórias e ideologias. Cada participante sente-se herdeiro da tradição oriunda dos primórdios do mundo. Os mitos são narrativas que contêm as verdades de um povo.

Ribeiro assim se posiciona:

Embora recheado de imaginário, o material mítico contém informações de caráter histórico e de práticas sociais que vêm a ser matéria prima explorada por etnólogos. A ênfase, ou a falta dela, sobre certos aspectos do passado mítico reflete importantes prioridades sociais, políticas e ideológicas (RIBEIRO, 1980, p. 78).

O mito é uma maneira de formular, ordenar e articular histórias. Lévi Strauss (1976) trata o mito como “matriz de significações”, sendo um objeto de reflexão sobre as razões de ordem social. Nesse aspecto, a narrativa do mito ou da lenda pode exercer uma função religiosa, cultural ou social frente aos índios.

Com relação à origem dos índios kaingang, encontramos histórias mitológicas muito significativas, as quais se cruzam com os estudos e as descobertas de pesquisadores e arqueólogos.

O termo “mito” significa dizer, falar, contar. Tem um caráter sagrado que dá significado às narrativas e estabelece a diferença entre o santo e o profano, a verdade e a mentira. A lenda age no intermédio entre indivíduo e cultura, tentando recuperar os modelos

arquétipos. Mitos e lendas, portanto, são histórias que orientam a vida e possuem poder religioso.

Os kaingang, como são denominados atualmente, segundo seu mito de origem, são considerados descendentes de Kamé e Kairu, ambos homens nativos – índios – que se afogaram e morreram, cujas almas foram morar no centro da serra. Através desse mito surge uma nova sociedade, um “ser poderoso”, os kaingang, conforme segue a narrativa:<sup>9</sup>

Em tempos imemoráveis, deu-se um dilúvio que cobriu a terra inteira habitada de nossos antepassados. Somente o cume da Serra krinjinjimbé (Serra do Mar) Sobressaía das águas diluviais. Os kaingáng, kaiurucrê e kamé nadaram na direção dela, cada um com um luminoso tição entre os dentes. O kaiurucrê e os kamé casaram, afundaram-se e pereceram; suas almas foram habitar o interior da montanha. O kaingáng e uns poucos Curutons atingiram com dificuldade o cume da serra Krinjimbé, onde permaneceram uns no chão, outros nos ramos das árvores, porque não acharam mais lugar; lá passaram uns dias, sem que as águas descaíssem e sem alimento. Já esperavam à morte, quando ouviram o canto de saracuras, que traziam cestinhos de terra, que deitavam nas águas; estas começavam a recuar devagar. Os Kaingáng chamavam às saracuras que se apressassem; estas redobravam suas vozes e convidaram os patos que as ajudassem. Em pouco tempo conseguiram formar uma planície espaçosa no monte, que dava bastante campo aos Kaingáng, como exceção daqueles que se tinham refugiado às árvores; estes foram transformados em monitós ou macacos e os Curutons em caroias, macacos urradores. As saracuras tinham começado o seu trabalho do lado onde sai o sol; é a razão por que os nossos rios e arroios tomam seu curso na costa e desembocam no grande Paraná. Desaparecida a grande inundaçã, os Kaingáng estabeleceram-se nas proximidades da Serra do Mar. Os Kaiurucrê e os Kamé, cujas almas moravam no interior da Serra, começaram a abrir caminhos. Depois de muitos trabalhos e fadigas, uns puderam sair de um lado, os outros de outro. Na abertura donde saíram os Kaiurucrê, teve sua nascente um belo arroio e lá não havia pedras; daí veio que eles têm os pés pequenos. Pelo contrário o caminho dos Kamé levava sobre terreno pedregoso, de sorte que feriram os pés e estes durante a marcha aberta inchavam; daí veio que eles têm os pés compridos até o dia de hoje. No caminho que tinham aberto, não havia água; sofreram sede e viram-se obrigados a pedi-los aos Kaiurucrê que lhes concedeu a necessária. Ao saírem do interior do monte, os Curutons, ordenaram-lhes os Kaingáng que buscassem as cestas e cascas de abóboras, que antes da inundaçã tinham deixado no vale. Foram os Curutons; mas, preguiçosos demais, como eram, para subir a serra ficaram embaixo, onde estavam e não queriam mais voltar aos Kaingáng; por isso quando os encontramos, apoderamos-nos deles como de nossos escravos fugidos, que são. Na noite em que tinham saído da abertura da Serra, acenderam fogo e Kaiurucrê de cinzas e carvão tigrês e lhes disse: Ide e devorai homens e animais! E os tigrês se foram rugindo. Não tendo mais carvão para pintar; fez então de cinzas as antas e ordenou-lhes: Ide e procurai caça! A estas, porém tinham saído mal os olvidos e não entenderam a ordem e perguntaram que deviam fazer.

Kaiurucrê, que estava a formar outro animal, gritou-lhes zangado: Ide e comei folhas e ramos!

<sup>9</sup> O mito foi apresentado por Teschauer em um estudo sobre os índios kaingang do Rio Grande do Sul, fazendo parte nos relatos de observações de Telêmanco Borba, sendo uma versão oral do cacique Arakxô que a ouviu da sua mãe.

Dessa vez entenderam a ordem e se foram; Isto é a razão por que as antas se alimentam somente de folhas, ramos e frutos silvestres. Kaiurucré estava outra vez a formar um animal; faltavam a este os dentes, a língua e algumas garras, quando apontou o dia e não tendo força de dia, pôs-lhe depressa uma vara na boca e disse-lhes: Não tendo dentes, vive de formigas! Isto é a razão por que o tamanduá é animal não acabado e imperfeito. Na noite seguinte continuou e formou muitos animais, entre eles as abelhas boas. Ao mesmo tempo em que Kaiurucré produzia estes animais, Kamé também fez animais, porém diversos, para combater aqueles; ele fez leões americanos, as cobras venenosas e as vespas. Acabado este trabalho, marcharam para se unirem com as Kaingáng; viram, porém, que os tigres eram muito ferozes e devoraram muita gente; então lançaram sobre um rio profundo uma ponte, ou antes, um tronco de árvores e, depois de terem todos passado, disse a Kaiurucré a Kamé que quando os tigres estavam na ponte, a retirasse com toda a força, afim de que aqueles caíssem na água e se afogassem. Assim fez Kamé; dos tigres uns caíram na água e afundaram-se, outros, porém, pularam à margem e seguraram-se com as garras. Kamé quis precipitá-los na água; quando, porém, os tigres urravam e mostravam os dentes, tinham medo e deixou-o subir à terra; daí vem que os tigres podem viver tanto na água como na terra. Depois de terem chegado a uma grande planície, reuniram-se e aconselharam-se como deviam casar os filhos. Casaram primeiro os Kaiurucré com as filhas do Kamé, e vice-versa. Quando, porém, restavam ainda muitos jovens, casaram-nos com as filhas do Kaingáng e daí veio os Kaiurucré, os Kaingáng e Kamé são parentes e amigos (sic) (BECKER, 1976, p. 279-280).

Os kaingang, como outros grupos da família linguística, estão inseridos num grande tronco linguístico chamado “Macro-Jê”. Esse tronco é formado por uma família linguística muito grande, pois reúne línguas de povos de todo o território brasileiro. Dessa forma, a classificação ainda vem sendo construída com o decorrer dos anos.

A organização de sua sociedade está dividida em duas metades denominadas kamé e kairu, que mantêm relações entre si e correspondem à marca do clã, traduzida na pintura facial durante rituais, como, por exemplo, o do *kiki*.<sup>10</sup> O dualismo que classifica essa formação perpassa o referencial classificador do povo kaingang, tendo como base fundamental sua cosmologia, igualmente como a natureza da regra de descendência preliminar na visão dualista, além da distinção clânica entre eles.

As metades kamé e kairu são distinguidas pela pintura do rosto em certos cerimoniais. Estudos feitos por Juracilda Veiga (1994) esclarecem a divisão entre as metades. Os kaingang (rá-té) que significa marca comprida para os kamé, e os kaingang (râ-rôr) que significa marca redonda para os kairu, como mostram as fotos a seguir.

<sup>10</sup> Trata-se de uma festa para os mortos recentes, que é organizada pelos consanguíneos do morto, em sua homenagem. Ela acontece no início do inverno, época de abundância de alimentos, principalmente pinhão, milho, além de muito mel, que é fundamental para a fabricação do *kiki*, a bebida produzida à base de água e méis diversos, das abelhas sem ferrão, que é servida durante a festa. Nessa festa, para a qual é necessária a presença dos rezadores, donos e orações poderosas, os mortos recentes “comparecem” acompanhados daqueles que “viverem” na aldeia dos mortos.



Kairucré

Kamé

Fonte: Acervo de Simone S. Catafesta (2009).

Figura 4: Fotos obtidas na escola indígena Pero Gá, Gramado dos Loureiros.

Acredita-se que o número de pontos ou riscos estabelecia a relação com o aspecto da vida social, como as obrigações, rituais ou nomes pessoais. Baptista da Silva, em suas pesquisas, descreve o dualismo kaingang entre kamé e kairu da seguinte forma:

[...] é uma lógica completamente diferente das nossas lógicas ocidentais, do mundo capitalista industrial. Nas lógicas culturais Kaingang, o mundo todo, todo o universo está dividido em duas grandes seções que são denominadas *Kamé* e *Kainru-kré*, como também são chamadas as divindades homônimas, *Kamé* e *Kainru*, os dois gêmeos que produziram toda a sociedade a partir da junção destas duas partes diferentes do universo. Estas formas duais de conceber o mundo estão dadas desde um ponto sociológico, porque é a partir das metades que os casamentos são acordados (BAPTISTA DA SILVA, 2006, p. 130-131).

De acordo com o mito kaingang, os irmãos gêmeos ancestrais possuíam uma relação de oposição. Embora, segundo Baptista da Silva (2006, p. 100), a metade kainru “é de caráter feroso, capaz de decisões rápidas, mas é instável; seu corpo é esbelto e leve”. No que se refere à outra metade, a kamé, “é pesado, de corpo como de espírito, mas é perseverante”. A característica da pintura corporal dos kainru é representada por manchas e a dos kamé por listras. Os kaingang apresentam uma aversão ou horror à união de coisas iguais, porque dão a

ideia de esterilidade, uma vez que para eles a fertilidade vem a partir da união dos princípios das metades opostas, ou seja, todo o *status* do indivíduo no grupo está relacionado a partir da linha paterna. E é somente com a junção das duas metades que há a possibilidade de fertilidade e continuação do grupo.

#### 1.4 Considerações sobre a identidade cultural kaingang

A identidade cultural tem uma compreensão relacional e situacional que deposita o estudo da relação na essência dessa análise e busca uma suposição de que é a essência que definiria uma suposta identidade, podendo ser de um grupo ou indivíduo. Esse grupo ou indivíduo admite estar localizado em um sistema social, consistindo, ao mesmo tempo, em inclusão e exclusão, de uma “modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural” (CUCHE, 1999, p. 177).

Dessa forma, a identidade é compreendida como construção social que determina efeitos sociais. Essa construção é organizada de forma multidimensional e dinâmica, tendo relação entre os grupos. No entanto, à medida que se diferenciam, é organizada a troca e, por fim, a identidade cultural é a especificidade de um determinado povo e/ou sociedade.

O grupo indígena kaingang, situado na aldeia Nonoai, foi, no passado, um grupo de índios caçadores, coletores, pescadores e pequenos horticultores. A sociedade de imigrantes do Alto Uruguai em seu período de formação, nos primeiros anos do século XX, realizou o desbravamento das terras, utilizando-se amplamente dos artefatos – cultura material<sup>11</sup> – dos indígenas para o seu trabalho. Um exemplo que podemos citar são as peneiras, que eram usadas na limpeza das sementes para o plantio.

Kern descreve a aparência física dos indígenas kaingang:

[...] tem aparência física mongolóide. De estatura mediana, têm o corpo bem proporcionado. O rosto é levemente oval, com olhos pretos e oblíquos; o nariz um pouco achatado, a boca e as maçãs do rosto normais. A pele é de cor bronzeada. O cabelo é abundante, preto e liso; os homens os cortam em coroa, o que lhes valeu, no século passado, o apelido de *Coroados*. As mulheres usam o cabelo de preferência comprido e solto; às vezes fazem uma traça. Costumavam, especialmente os homens, depilar até mesmo as pestanas (KERN, 1997, p. 332).

---

<sup>11</sup> Abordaremos no próximo capítulo sobre a definição de cultura material.

Com a chegada dos colonizadores, os índios sofreram grandes mudanças em vários aspectos, desde o modo de agir até mesmo sua alimentação, seus utensílios, enfim, o processo de colonização influenciou toda uma cultura que já se encontrava aqui. O kaingang não foi poupado diante da presença e da cultura dos colonizadores. A mudança foi tão significativa que tanto do ponto de vista do povo como da cultura as mudanças aconteceram em algum aspecto, influenciando o índio caçador, coletor e pequeno horticultor aos moldes de agricultor das civilizações europeias, embora não tenham atingido sua totalidade.

Há informações que dão conta de que os kaingang foram bons plantadores de diversos tipos de milho, mas o processo de colonização foi responsável por essa mudança. Os índios, por sua vez, tentaram sua sobrevivência como um grupo conservador, no entanto, na agricultura, alguns de seus antigos valores foram transformados pelo processo de aldeamento.

Com a vinda dos padres catequizadores jesuítas no século XIX, os índios tornaram-se mais vulneráveis, humildes e submissos. Porém, no início da catequização e aldeamento, sentindo-se ameaçados, especialmente no trato com os brancos, souberam ser cruéis e hostis. A vida dos indígenas, a partir dos aldeamentos, tornou-se sedentária.

O índio kaingang tem um respeito muito expressivo pelas mulheres, pelas suas casas. A partir do aldeamento essas casas, tornam-se pequenos ranchos feitos de capim e mais tarde feitas de tábuas (costaneira)<sup>12</sup> fornecidas pelo SPI, não havia divisórias e no seu interior conservavam sempre um fogo de chão. Os índios obedeciam ao chefe geral – o cacique –, e a família obedecia ao homem mais velho.

A repressão de erros dos índios kaingang dava-se de forma enérgica. Para as faltas leves era-lhes feita uma advertência; para os roubos, castigo no tronco; para as faltas graves, como adultério, era lhes dada a morte em praça pública, sem o direito a uma sepultura regular. A partir de 1960 esses castigos mais severos desapareceram.

Na questão econômica, após o aldeamento, os índios kaingang passaram de grupo coletor para criadores de galinhas, porcos, além do plantio de milho, batata, mandioca e feijão, pequenas hortas, mas não armazenavam nenhum produto, pois concentravam-se na colheita diária para suprir as suas necessidades.

Os instrumentos que produziam eram utensílios domésticos básicos e também objetos de troca com outras tribos, como a cuia, para o armazenamento de água; o machado de pedra e a mão de pilão, também de pedra, além de objetos para a caça e pesca, como flechas e

---

<sup>12</sup> Nomenclatura dada às tábuas que não eram beneficiadas.

lanças feitas de madeira. No artesanato, destacam-se a confecção de cestos de taquara, abanos e chapéus de fibra vegetal extraída da urtiga brava.

A veste dos índios kaingang era muito significativa; porém os homens e as mulheres, no início, eram descritos como completamente nus. Com o passar dos tempos, os homens fizeram uso de um cordão, colocado abaixo do ventre, e de uma camisa, obtida com os índios guarani. As mulheres, por sua vez, teciam um manto de fibras, que usavam sobre a cabeça, e outro, abaixo dos ombros. O uso de adereços não era muito significativo para os kaingang.

Essas são algumas das características culturais ou materiais que o povo kaingang tinha no início do século XX. Acreditamos que esse estilo de vida se apresentou em razão de a matéria-prima encontrar-se abundante na região e era acessível a todos. Um fato relativamente significativo é o de que há poucos vestígios da cultura taquara, como vimos anteriormente, pois seus pertences eram feitos com materiais da natureza e de fácil perecimento. O que encontramos foram algumas descrições feitas por militares da época. Outro fato relevante diz respeito às modificações socioculturais profundas dentro do povo indígena, enfraquecendo as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional.

A ocupação do território kaingang ocorreu de maneira irreversível. Os índios passaram a ser vistos como obstáculo para os colonizadores, passando a depender do comando de brancos. É notório perceber as sucessivas mudanças que ocorreram, sendo impossível a reconstituição da cultura vivida há cem anos. Os kaingang têm como objetivo central a sobrevivência da sociedade em que vive, sempre operando no limiar entre a tradição e a mudança. O que tentamos foi resgatar os fatos da cultura do povo kaingang para não se perderem.

Existem duas fontes documentais utilizadas nos estudos sobre a história indígena: os escritos produzidos em diversos contextos e a tradição oral, ou seja, a história oral encontrada na mitologia das populações indígenas. Ambas apresentam um expressivo potencial histórico. Dessa forma, por meio da mitologia descreveremos a origem do cacique Nonohay.

### **1.5 Origem mitológica do cacique Nonohay**

A história mitológica da origem do cacique Nonohay são relatos produzidos pelos guerreiros do próprio cacique, cuja narrativa transpassa a temporalidade. Sabemos que a mitologia é um pensamento intelectual que integra os aspectos qualitativos de uma realidade,

ainda que tais acontecimentos tenham um universo sobrenatural. A história a seguir é baseada na narração que se encontra no livro *Povos indígena*, no capítulo VI, de autoria de Rogério Reus Gonçalves da Rosa (GOLIN, 2009, p. 141).

O personagem Nonohay teria vivido entre os séculos XVIII e XIX. Seu nome tem a origem nas palavras *nona* - dormir; *hay* - fermento; Nonahay - dormindo ferido. Na linguagem kaingang, aglutinando as duas palavras resultou Nonahay, mais tarde traduzida para o português com a grafia Nonoai.

No ano de 1752, o padre superior da redução de São Miguel determinou aos jovens brancos D. Miguel de Aguilar e D. Alejandro Martinez, e mais alguns índios guaranis, a missão de investigar a existência da erva-mate para o norte do estado. No percurso foram atacados pelos índios kaingang, sendo D. Alejandro morto e seu amigo D. Miguel gravemente ferido e levado prisioneiro pelos índios, passando a ser chamado por eles de “Fondengue”.

O prisioneiro guarani possuía muitos conhecimentos e o cacique Tadu da tribo kaingang ficou admirado com os saberes de Fondengue, como o manuseio do facão e certo domínio da medicina rudimentar. Decorrido algum tempo, Fondengue já falava a língua kaingang e saía com os índios em busca de caça. Acompanhado de dois guerreiros e quatro mulheres, foram atacados pelos seus grandes inimigos, os xoklengues. As mulheres foram aprisionadas, os dois guerreiros mortos e Fondengue conseguiu escapar, nadando até a outra margem do rio, quando avisou o cacique Tadu. Grato por ter sido avisado, o cacique Tadu nomeou Fondengue para ser seu substituto e o presenteou com duas lindas mulheres da tribo para serem suas esposas.

Depois de passados vinte anos, Fondengue tornou-se cacique da aldeia, pois Tadu havia morrido. Nessa mesma época, as suas duas esposas tinham concebido filhos, que já eram adultos, sendo homens com a idade de vinte anos. O filho mais velho havia recebido o nome de Mig, porque abatera um tigre. Os filhos receberam a missão de combater os xoklengues. O filho mais novo, ainda sem nome, foi acompanhado por uma amante guarani.

No combate, o irmão mais novo foi ferido com um golpe de tacape, sua mulher, que o acompanhava e falava mal a língua kaingang, lançou um grito “nonahay”, que na linguagem kaingang seria “nonohay” – dormindo ferido. Ali mesmo os índios julgaram que a palavra pronunciada erroneamente pela guarani fez com que o índio revivesse e ele recebeu o nome de Nonohay. Conforme relatos de índios mais antigos e de pesquisadores, Nonohay tinha um espírito valente e guerreiro (super-humano), tornando-se cacique do recém-nascido Toldo, terras próximas ao rio do Mel (aldeia Nonoai).

Sua existência transcende a morte, pois dizem que esse herói mitológico durou entre 180 a 210 anos, e não morreu, desapareceu nas águas do rio do Mel, e até hoje seu espírito planaria sobre essas águas (GOLIN, 2009, p. 148).

## 1.6 Origem da reserva de Nonoai

O interesse dos criadores e comerciantes paulistas era abrir um novo caminho que comunicasse São Paulo diretamente com o Rio Grande do Sul, atravessando o rio Uruguai, de modo a dispensar o caminho que, passando por Lages, os obrigava ao pagamento de impostos à província de Santa Catarina. Por esse motivo, em agosto de 1844, o governo provincial de São Paulo determinou ao então coletor de rendas da Freguezia de Belém de Guarapuava, o Alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures, a “abrir um picadão que partindo da Freguezia de Ponta Grossa, passando pelos campos de Palmas em direção à Vila de Cruz Alta, comunicasse essa Província com a do Rio Grande do Sul”.<sup>13</sup>

Partiu, pois, a expedição de Francisco da Rocha Loures, em 1845, abrindo caminho para a entrada brasileira no território kaingang de Nonoai. Segundo ofício encaminhado ao presidente da província, na época o então conde de Caxias, Rocha Loures atravessou o rio Uruguai, adentrando em terras de Nonoai, mais precisamente em agosto de 1845. Um dos primeiros aldeamentos da província de São Pedro foi o de Nonoai, sendo posteriormente vários formados, como a reserva de Cacique Doble, Votouro, Ligeiro. Na reserva de Nonoai foi criado e incorporado o Parque Florestal, com cerca de 19.000 ha. O parque dispunha de uma vasta quantidade de araucária, justificando, portanto, que fosse criada uma área de preservação.

O motivo pelo qual se buscavam novas terras era o crescimento da economia pastoril e a busca por um novo caminho para as tropas. Contudo, a reserva de Nonoai foi criada em 1848, com a finalidade de garantir o aumento da colonização e transformar a aldeia num centro de reunião de todos os grupos indígenas. A demarcação da área, porém, só foi concluída entre 1911 e 1913, ficando com um total de 34.908 ha, pois havia sido incorporado o Parque Florestal. A aldeia situava-se cerca de 5 km da então cidade de Nonoai e à margem

---

<sup>13</sup> Ofício de Francisco Ferreira da Rocha Loures ao presidente da província de São Paulo, Vicente Pires da Motta. Vila de Guarapuava, 12 de outubro de 1849 (citado em D'Angelis, 1984, p. 12). A informação sobre a portaria de 1844 encontra-se em Ehlke (1973, p. 177).

esquerda do rio Lajeado do Mel (BECKER, 1976, p. 70). Desde sua criação, a reserva passou a ser administrada ou fiscalizada por não índios, funcionários do SPI, posteriormente FUNAI.

O aldeamento foi marcado por uma grande ruptura no modo de vida dos índios kaingang, o que se constata pelas mudanças que ocorreram nas manifestações culturais e nas relações sociais desse povo. Cabe destacar que o discurso oficial do governo provincial da época sugeria o aldeamento como uma forma de “integração” do índio com a “civilização”.

A estrada aberta no final da primeira metade do século XIX, que interligava Sorocaba (SP)–Cruz Alta (RS), trouxe profundas implicações na vida das tribos kaingang. A força de trabalho e o envolvimento com os tropeiros geraram inúmeros conflitos, desde ameaças até enfrentamentos, morte e perda de animais, quando passavam pelo território povoado pelos índios.

O projeto da estrada que passava por Nonoai enfrentou forte resistência dos índios sob o comando do cacique Nonowõyn (Nonoai), contrários à construção da estrada. O mediador das negociações foi o cacique Vitorino Condá, contratado pelo governo da então província de São Pedro, para desempenhar o papel de mentor na ajuda aos brancos nas suas passagens pela região de Alto Uruguai. Seu trabalho foi reconhecido pelo governo e manteve-se um acordo por meio do qual receberia mensalmente um valor de 50\$000 reis pelo aldeamento de quinhentos índios, dado também apresentado por Teschauer (1929, p. 295).

Num relatório da presidência da província (RS) à Assembleia Legislativa, observa-se a satisfação do governo quanto ao trabalho desempenhado pelos indígenas:

Os indios estão empregados nos trabalhos da picada que sai de Nonoai para a Palmeira, na qual já tem evoluído 4 legoas de uma boa estrada, He vantajoso conserval – os ocupados, com a ambição da gratificação que se lhes paga applicão-se em gosto ao serviço e não pensão nos vícios (MARCON, 1994, p. 102).

A estratégia de usar mão de obra indígena era para poder alcançar um bom relacionamento com os kaingang e posteriormente demarcar colônias de terras para receber colonizadores.<sup>14</sup> A prioridade do governo não era proteger os índios, mas, sim, abrir novas estradas para encurtar caminho, e a integração de índios e brancos era mais para que não ocorressem ataques aos tropeiros. O interesse do governo ficava evidente diante de três aspectos básicos do aldeamento: primeiro, seria a inserção do kaingang no mundo da produção dos colonizadores, tendo, assim, um retorno econômico para o governo; segundo, a

---

<sup>14</sup> Na época chamados também de “imigrantes”, pois todos vinham de outros países, como Portugal e Espanha, entre outros países europeus.

necessidade de liberação das terras para serem colonizadas pelos imigrantes europeus; terceiro, era aldear os índios para não haver conflitos com tropeiros e colonizadores. Esses aspectos não tratavam em momento algum sobre as formas de vida que o índio kaingang vivenciava. O objetivo do governo era a colonização e a produção das terras “despovoadas”.

O princípio de vida dos indígenas no geral perdeu-se, pois eles tinham de ficar num lugar delimitado pelo homem branco, submetidos ao trabalho para a sua própria subsistência, não podendo mais adentrar em terras (matas) para a coleta de seus alimentos. Sua cultura ficou comprometida, já que o sistema de vida foi totalmente desviado do percurso vivido pelos kaingang até então. Eles tiveram de ficar integrados em outra cultura, de trabalho e capital. A delimitação do aldeamento indígena era uma concepção própria dos brancos.

Essa relação do índio com o branco acarretou em grandes transformações na cultura kaingang, visto que eles perderam seus costumes e hábitos.<sup>15</sup> Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização, em 1910, referia-se aos índios da seguinte maneira:

Pelos contatos em que se acham há muitos anos com os ocidentais, poucos hábitos e costumes da vida primitiva conservam. Perderam a sua indústria, talvez por encontrarem nos ocidentais o equivalente dela, e mais, se bem que a custa de sofrimentos sem conta, que se prolongam até os nossos dias. Desconhecem a medicina dos antepassados. Não guardam sequer a lembrança das suas tradições. E o único traço de nacionalidade que conservam vivaz, aliás, o mais característico, é a linguagem. Os homens conhecem quase todos o português; as mulheres, porém, raramente e pouco.

São todos muito humildes e submissos, e é raríssimo que tomem a iniciativa de qualquer ato de crueldade. As crueldades por eles praticadas são geralmente em represália, pois não esquecem de pedir o troco, sendo vingativos, nisto conservando os antigos hábitos. Poucos trabalham. Vivem em miseráveis ranchos, sem camas, as crianças nuas. Muito sóbrios pela escassez dos alimentos, tornam-se insaciáveis quando têm estes ao seu dispor. Plantam algum milho e feijão, porém em quantidade insuficiente. A sua manufatura não passa, atualmente, da fabricação de chapéus de palha e cestos de taquara [...] (RELATÓRIO DA SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS, 1910, p. 152-153).

O projeto de aldeamento foi essencial para a expansão da colonização e para a ampliação do Rio Grande do Sul no contexto econômico brasileiro, através do transporte de gado e de seu cruzamento pelas terras indígenas. Com esse projeto criaram-se dois problemas: a liberação das terras para a colonização; e a harmonização das relações entre os grupos

---

<sup>15</sup> Segundo Boudieu, hábito – *habitus* “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

étnico-sociais, sobretudo os indígenas. Assim, foram criados incentivos à ação missionária jesuítica como estratégia de consolidar os aldeamentos e dar prosseguimento à colonização.

Os aldeamentos deixaram duas marcas muito profundas na vida do povo indígena: uma, a ocorrência da ruptura sociocultural advinda do novo modo de vida; outra, as condições de sobrevivência antes fundamentadas na coleta, caça e pesca, agora restritas à agricultura e pecuária.

A pesquisadora Ítala Becker destacou algumas consequências da colonização e do aldeamento:

A opção colonizadora, por sua vez, atua quase somente por coação, empurrando o índio de seu território e conseqüentemente reduzindo seu espaço vital com todas as modificações advindas dessa nova situação. Outras vezes, a ação colonizadora se expressa nos aldeamentos pela tentativa governamental de tirar os coroados do mato (BECKER, 1975, p. 65).

Pode-se aduzir que a ação colonizadora, juntamente com os aldeamentos, em grande parte aboliu a capacidade produtiva e de subsistência dos índios, concentrando a vinculação ao governo ou aos brancos que os utilizavam como mão de obra. Os índios por sua vez não conseguiam mais tirar da terra o seu sustento, a sua própria alimentação, pois não lhes oferecia mais condições de viver da caça, pesca e coleta. Uma das saídas para sua sobrevivência foi trabalhar para algum colonizador, pois, na época do preparo do plantio e da colheita, eles eram procurados para trabalhar nas lavouras dos brancos, recebendo diárias. No entanto, isso levava a que ficassem dependentes do homem branco.

A reserva indígena de Nonoai, localizada geograficamente a uma latitude 27°26'38" sul e a uma longitude 52°55'03" oeste, está a uma altitude de 520 metros. Com base nos dados do último censo do IBGE, em 2010, a população indígena do município de Gramado dos Loureiros está estimada em 304 indivíduos, sendo 13,4% da população do município. A maior parte dos indígenas tem uma base econômica voltada a empregos em firmas da região, principalmente no estado vizinho de Santa Catarina, na cidade de Chapecó.



Fonte: Google Earth, 2012.

Figura 5: Mapa de localização e limites da aldeia localizada em Gramado dos Loureiros.

Como observamos no mapa (Figura 5), a terra indígena pesquisada, ponto 1, estão situados a escola Pero-Gá e o salão; no ponto 2 localizam-se o posto de saúde indígena, a casa do cacique e o escritório da FUNAI; no ponto 3 fica a comunidade indígena de Bananeira. Também podemos observar a divisa de TI: ao noroeste, com o município de Planalto; ao sudoeste, com o Parque Florestal; ao sul, com a sede do município de Gramado dos Loureiros; ao sudeste, com a RS 324; ao nordeste, com o município de Nonoai.

Internamente a reserva está subdividida em aldeias Bananeiras, Pero Gá e Posto Indígena. Logo percebemos que as habitações não estão localizadas num único espaço na TI e, sim, espalhados, formando vários pequenos agrupamentos. Essa disposição no espaço implica o deslocamento dos indígenas que ali residem.

## 2 CULTURA: UM CONCEITO POLISSÊMICO

Se todos os dias aprendermos uns com os outros, construímos caminhos com direções em que o respeito e a cidadania se cruzam, então todos nós devemos saber que para existir uma história sem discriminação precisamos respeitar a diversidade cultural de nossos semelhantes. Este capítulo versará sobre a cultura kaingang, onde será feito um apanhado geral sobre as noções de cultura e cultura material – artesanato e arte. Abordaremos o tema não com a noção genérica do índio, mas, sim, do grupo que possui características próprias.

A história da humanidade é marcada por conflitos e contatos entre culturas, entre modos diferentes de se organizar na vida social, de idealizar a realidade e de expressá-la. Esse patrimônio de formas culturais diz respeito a cada um de nós, pois nos faz pensar a qual sociedade pertenceu, e conhecer o sentido das práticas e costumes dos outros povos. Cascudo afirma: “Para fins primários de impressão poder-se-ia dizer que a cultura é o conjunto de técnicas de produção, doutrinas e atos, transmissíveis pela convivência e ensino, de geração em geração” (CASCUDO, 1983, p. 39).

O termo “cultura”, em tempos passados, referia-se somente à arte e ciência. Hoje essa definição contempla “uma ampla abordagem de artefatos e práticas” (BURKE, 2005, p. 43). Referimo-nos à cultura como um “conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume, e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR apud BURKE, 2005, p. 43).

A palavra “cultura” denomina várias formas artísticas, nomeia tudo aquilo que é produzido por meio da atividade humana. Está presente em nosso cotidiano desde os “povos primitivos”, em seus usos e costumes, leis, religiões, sistemas, em suas artes, ciências, crenças, mitos, valores morais e tudo aquilo que compromete o sentir, o pensar e o agir das pessoas.

Retomando a concepção de Ralph Linton,

Como termo geral, cultura significa a herança social total da humanidade; [...]. Assim cultura como um todo, compõe-se de grande número de culturas, cada uma das quais é característica de um certo grupo de indivíduos (apud CASCUDO, 1983, p. 40).

A cultura, além dos artefatos mais visíveis, é composta de valores declarados e de pressupostos básicos que agem em nível de inconsciência; são os verdadeiros direcionadores

das ações. A cultura é uma das principais características humanas, pois somente o homem tem a capacidade de desenvolver culturas, distinguindo-se de outros seres.

Apesar das transformações pelas quais passa o mundo, a cultura tem a capacidade de permanecer quase inalterável, passada aos descendentes como uma memória coletiva. Sabemos que a cultura é um elemento social, impossível de se desenvolver individualmente. De acordo com Cascudo (1983, p. 40), “a cultura é sempre funcional, vigorosa e mantedora do estado normal do seu povo quando sentida, viva na acepção [...] exercida por todos os membros [...] objeto de orgulho e confiança”.

Com essa afirmação, percebemos que o termo cultura designa um conjunto de tradições, técnicas, instituições que caracterizam um grupo humano. A cultura entendida dessa maneira vem a ser aquela adquirida pelo indivíduo no meio social. No entanto, falamos de cultura como se fosse um produto, mas sabemos que tem uma dimensão muito mais ampla no processo social da vida de um povo.

Essa visão pode ser percebida pelos estudos de Santos:

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com contextos em que são produzidos. As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos do trabalho não são gratuitas. Fazem sentido para agrupamentos humanos que as vivem, são resultado de sua história, relacionam-se com as condições materiais de sua existência (SANTOS, 1996, p. 8).

A cultura não é um emaranhado de valores, ideias e instituições que podem ser separados em categorias, mas, sim, um sistema complexo de elementos coordenados e perfeitamente integrados. Bourdieu assim se refere à cultura:

A cultura não é apenas um código comum nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas recorrentes. Ela constitui um conjunto comum de esquemas fundamentais, previamente assimilados, e a partir dos quais se articula, segundo uma “arte da invenção” análoga à escrita musical, uma infinidade de esquemas [...] (BORDIEU, 2004, p. 208).

Para uma compreensão mais apurada do conceito de cultura, é necessário compreender a própria natureza humana, tema infindável da incansável reflexão humana. O desenvolvimento de grupos humanos se faz de acordo com a cultura, que está inserida em seu meio; porém, muito já se discutiu sobre as maneiras de ordenar as variações ou diferenças

culturais entre povos ou sociedades, mas encontramos grande dificuldade para criar um critério básico para relacionar e elencar o que é cultura e o que é diversidade cultural.

A diversidade cultural é existente e acompanha as variações da história humana, como afirma Santos (1996, p. 15):

Notem que se pensarmos em cultura como dimensão do processo social podemos também falar em cultura numa sociedade primitiva, em cultura das sociedades indígenas brasileiras, por exemplo. Mas notem que nem cultura a mesma coisa aqui, nem seu significado igual em ambos os casos [...] o conteúdo do que é cultura, a dinâmica da cultura, a importância da cultura – tudo isso deve variar bastante.

Discutir cultura, é sobretudo discutir um processo social concreto; é ver os aspectos relevantes da vida em sociedade, incluindo todos os conhecimentos expressos de uma ou de outra maneira, tendo em vista uma dimensão dinâmica para fazer o resgate das diferenças culturais que existem nas sociedades.

A identidade cultural permanece constituída por aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nossa pertença, como as culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais (HALL, 1977, p. 8).

Segundo Tomaz Silva (2011), a identidade cultural é marcada pela diferença produzida por momentos particulares do tempo, sendo produto de sustentação de uma cultura que fornece condições de manter ou fazer que essa determinada cultura exista. Ainda no propósito de elucidar o termo cultura, afirmamos que cultura está simbolicamente relacionada à tradição de um povo ou à ideia de um povo.

Para compreender a cultura é necessário dar-se conta das peculiaridades existentes nos meios sociais, que se tornam cada vez mais diversificados nas sociedades humanas. Para isso devemos estar em contínua busca de respostas para ampliarmos o conhecimento e entendimento sobre esse tema, tendo, assim, uma maior compreensão do mundo que nos cerca.

## **2.1 Cultura indígena kaingang**

Desde o tempo do Brasil colônia já se percebia a cultura indígena; porém, com a chegada dos europeus, os índios foram influenciados por um processo de circularidade (GINZBURG, 1987) entre as culturas. É importante observar que hoje existem projetos para a

conservação da cultura de origem – tradição – desse povo. Somente com um esforço dialético é possível compreender que os seres humanos fazem a história ao mesmo tempo em que são determinados por ela.

Ao longo do tempo, as concepções culturais e políticas mantêm divididos os grupos sociais existentes. Com a contínua variação e modernidade deixamos de resgatar a historicidade do povo que aqui habitava a terra. É importante promover a retomada da promoção do artesanato, restaurando o patrimônio histórico e cultural dos indígenas kaingang.

Reconhecemos que todas as sociedades têm manifestações culturais e artísticas, em especial a cultura indígena, por ser uma das mais antigas manifestações aqui no Brasil, no que se refere à arte e ao artesanato. A concepção cultural para os kaingang é expressiva e cheia de significações; suas habilidades podem ser encontradas nas diversas formas materiais e imateriais. Essa manifestação cultural é um processo dinâmico, enriquecido por meio de trocas com outras culturas, com interesse na necessidade de ser capaz de reconhecer a si próprio, assim como é também uma necessidade básica de sobrevivência e de construção da realidade.

A diversidade cultural existe em qualquer região, estado ou país. Para identificar a identidade de uma cultura é preciso saber o que para eles – índios kaingang – significa tal imagem, desenho, artefato, utensílio, adereço, entre outros. Essas características podem servir como representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais, valores, tradições e crenças. Compreendemos essa importância quando Ribeiro afirma:

[...] cada comunidade humana desenvolve módulos que orientam a concepção de forma e função expressa no artefato. Esses atributos contêm indícios sobre os modos de fazer e usar as manufaturas, bem como aspectos ideológicos que singularizam a identidade étnica do artesão (RIBEIRO, 1986, p. 76).

Essa afirmação refere que cada grupo humano possui técnicas distintas. Assim também a cultura indígena tem seu significado bem específico dentro do grupo indígena que a produziu. Há uma necessidade expressiva de compreender as minorias que se fazem presentes em nosso meio – sistema cultural –, tendo uma motivação pelo respeito a diferentes culturas.

A distância entre culturas, os conflitos entre elas, as atitudes dos membros de umas para com as outras são muito diferentes. Cabe, portanto, a nós, historiadores e pesquisadores, estimular o conhecimento e entendimento dessas diferentes culturas.

Conforme Fontana,

[...] a cultura é definida como uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ela não é algo natural, não decorre de características inerentes ao homem, e nem de leis físicas e biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana, enraizando nas condições materiais e sociais de existência, condições contraditórias marcadas pela desigualdade e opressão e pela luta por sua superação (FONTANA, 1996, p. 67).

A cultura de um povo define-se como um conjunto de diferentes manifestações, com as quais seus membros contribuem para a continuidade de suas condições existenciais. Quero insistir na ideia de cultura que abordamos no início do capítulo. A cultura, apesar de sua natureza conceitual, é um conjunto de fatos compreensível pelo estudo das ações humanas segundo padrões unificados, conforme as normas estabelecidas pelas manifestações de valores e crenças contidas nos sistemas de atividade do povo, neste caso os indígenas kaingang, assumindo valores significativos. Para tanto, esse conjunto de normas, valores ou costumes deve ser respeitado e compreendido.

Observa-se que os índios kaingang suportaram várias mudanças culturais. No decorrer dos anos houve uma troca de costumes – circularidade cultural – entre os brancos e os índios, conseqüentemente influenciando na mudança tanto da cultura dos brancos como da dos índios. No entanto, os índios demonstram seus talentos pela arte e pelo artesanato como produtos originais de sua cultura, que deixam segredos a serem desvendados. Podemos observar o que nos colocam Silva e Grupioni:

O estudo da cultura material e das artes nas sociedades indígenas nos diz muito sobre o modo de vida nestas sociedades e permite que conheçamos não só suas singularidades, mas também aquilo que compartilham umas com as outras e que as distingue da sociedade ocidental (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 370).

O mundo vivido pelo indígena, bem como as transformações ocorridas, tem um significado específico, o qual se expressa através de observações das maneiras vividas e da sua contribuição cultural. Por isso julgamos necessário o estudo da cultura indígena kaingang, tendo em vista que foi disseminada pela exploração do homem branco no *habitat* natural do índio.

A arte, o artesanato e os inventos são compartilhados, porém as marcas da cultura moderna exerceram influência na realidade das sociedades, e a visão ocidental, de certa forma, influenciou na cultura natural original do indígena.

Sobre a cultura indígena kaingang, vemos também fatores de persistência e de alteração de conteúdos com a reprodução do modo de viver através das gerações. Como

exemplo, destacamos o que ocorreu na ocupação das terras indígenas e nos aldeamentos onde índios e brancos tiveram contato com hábitos e costumes diferentes. Dessa forma, houve uma troca de elementos culturais, nesse caso, uma assimilação entre as culturas, a chamada “transculturação”. A distância entre as culturas, a valorização de uma sobre a outra, os conflitos entre elas, as atitudes dos membros de uma para com a outra fazem parte da diversidade cultural existente em nosso país.

É importante observar que a cultura indígena kaingang,<sup>16</sup> as tradições, os conhecimentos acumulados, a educação dos mais novos – nova geração –, as crenças, os pensamentos e as representações simbólicas são uma produção sociocultural que se manifesta também por meio da arte e do artesanato; que são passados de geração em geração, dos mais velhos para os mais novos. Percebemos que a cultura imaterial se reproduz na cultura material. Essa realidade mantém o estilo próprio e a memória oral de sua história, bem como suas crenças e tradições, preservando a diversidade cultural.

Definimos cultura como uma herança social, por meio da qual nos dispomos a viver de acordo com os usos e costumes determinados pela sociedade em que estamos inseridos. Com isso, percebe-se que não se pode pensar em sociedade sem, contudo, levar em conta a cultura, desde a pré-histórica até a mais moderna. Todos nós, seres humanos, fazemos parte de uma determinada cultura.

## **2.2 Cultura material**

As mudanças que ocorreram com o significado do termo “documento” são concomitantes às mudanças na história com a chamada “revolução documental”, promovida pela Escola dos Annales, que expande a noção de documento escrito oficial como única forma de comprovação de suas hipóteses (LE GOFF, 1990). Nessa perspectiva, o artefato faz parte da cultura material, sendo, assim, um documento.

Como já visto anteriormente, cultura é uma produção coletiva, cujos elementos característicos pertencem a todos. A cultura material é a fonte material – artefatos – encontrada em determinada sociedade. O artefato pode simbolizar e representar as ideias, crenças, além de informar sobre a vida dos que o criaram, recebendo, assim, uma

---

<sup>16</sup> Sobre os índios guaranis encontram-se estudos significativos em Nimuendajú (1987) e Catafesto (2007), entre outros.

significância para a sociedade que o manipulou. O artefato, por si só, não se explica, mas está dentro de uma conjuntura social, numa determinada época.

Apropriando-se da afirmação que Deetz utiliza sobre a definição de artefato, observamos:

Artefatos, tal como palavras, são produtos da atividade motora humana, produzida através da ação de músculos guiados mentalmente sobre a matéria-prima envolvida. A forma resultante de qualquer artefato é a combinação de unidades estruturais – atributos – que, em qualquer combinação particular, produzem um objeto com uma função específica na cultura que o engrenou (DEETZ apud RIBEIRO, 1987, p. 16).

O estudo da cultura material é uma fonte histórica significativa que possibilita a análise de onde foi concebido o artefato, dando ênfase à ação simbólica do ser humano. Podemos dizer que essa fonte cria novos questionamentos e novas respostas sobre o passado. Sabemos que parte considerável da cultura material é formada por artefatos manipuláveis que participam da vida do homem, atendendo às necessidades do cotidiano. De acordo com Burke, “a cultura material enfatiza o clássico trio de temas – alimentos, vestuário e habitação – e muitas vezes focaliza a história do consumo e o lugar da imaginação” (BURKE, 2005, p. 91).

A cultura material faz parte de um significativo campo temático da história, onde são encontradas possibilidades do fazer da historiografia de grupos sociais, sendo que os artefatos sinalizam a funcionalidade da criação humana. Nesse caso podemos entender e também criar um imaginário a partir dos objetos que fizeram parte de uma cultura.

Nas instâncias superiores, um dos principais órgãos voltados para a preservação do patrimônio material e imaterial no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa autarquia defende e preserva o patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão, seus modos de viver, criar e fazer, além das criações artísticas, tecnológicas e científicas, sendo obras, objetos, documentos e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. A cultura material está associada também à história e à arqueologia, incluindo um conjunto de artefatos, como tecidos, utensílios, ferramentas, adornos, meios de transporte, moradias etc., que formam a cultura concreta de uma determinada sociedade. Esse conjunto de objetos é capaz de vencer barreiras de tempo e espaço, uma vez que a maioria perdura mais que sua época.

Desde os primórdios o homem teve uma ligação muito profunda com os utensílios e objetos que ele criou e recriou, adaptando-os às suas necessidades. Esses objetos são fruto da

criação intelectual, da criatividade do ser humano; são estudados por pesquisadores como elementos que diferenciam uma sociedade da outra. Esses artefatos têm um papel utilitário, mas também uma função ideológica. Podemos afirmar que os artefatos ajudam a “chamar a atenção dos historiadores para a importância do espaço: sagrado e profano, público e privado, masculino e feminino e assim por diante” (BURKE, 2005, p. 93). São esses artefatos que determinam e apontam algumas diferenças entre uma cultura e outra.

Todas essas questões assumem um papel importante, pois os artefatos estão presentes na memória cultural da sociedade que a criou. Sem dúvida, a cultura material está ligada à atividade cotidiana de quem a fez. “[...] aquilo que o homem cria ou concebe e que utiliza na sua vida cotidiana, de modo a extrair do meio envolvente tudo o que necessita” (NOGUEIRA, 2000, p. 192). Percebemos que aproveitando as matérias-primas oferecidas pela natureza, o ser humano criou, para o seu próprio benefício, diversos utensílios capazes de responder às suas reais necessidades e anseios. Daí encontramos o desenvolvimento cultural e social das várias sociedades que implementaram um conjunto de formas úteis e necessárias em seu *habitat*.

Os artefatos – objetos ou utensílios – não são apenas cor, textura, forma e matéria, mas vão além das utilidades, pois fazem parte da história do contexto informativo; transcendem a fronteira do tempo e do espaço; fazem parte de uma materialidade que caracteriza a permanência. É reconhecida como duradoura, pois os traços característicos são testemunhas da própria história. Cascudo trata essa cultura como “conjunto material de equipamentos destinados a satisfazer a necessidade humana” (CASCUDO, 1983, p. 41).

Podemos afirmar que toda a cultura é carregada de materialidade, constituindo-se uma fonte para o conhecimento. A história do artefato é um indício para o estudo da história da sociedade humana que o possuía; são fontes para entender a sociedade que os produziu ou reproduziu. Os artefatos funcionam como vetores para o entendimento da história – vidas passadas.

Vemos, dessa forma, os múltiplos aspectos que a cultura material tem abrangido, percebendo de forma clara a influência que exerceu sobre a história cultural do ser humano, na qual os artefatos são produtos derivados da própria criação cultural do homem. Não nos restam dúvidas sobre a abrangência que esses artefatos nos apresentam, no sentido da compreensão, identificação de marcas presentes, expressão de múltiplas experiências humanas de produção, apropriação de hábitos – cultura. Tudo isso é um reflexo do pensamento e dos valores de cada cultura e de cada sociedade.

Os artefatos permitem-nos definir, por meio de estudos, o perfil das sociedades, a atividade profissional que concebeu o objeto, traçando o perfil de quem o produziu. O artefato é uma fonte documentária que exhibe formas e o significado sobre as determinadas formas. Nesse sentido, os artefatos são narradores de histórias e veículos de transmissão cultural. Podemos citar um exemplo nos referindo à concepção do artefato, no qual quem o produz – concebe – lida com o processo das emoções. Trata-se de uma experiência que só é vivida por quem está ligado a essa particularidade. Podemos dizer que o indivíduo – artesão – está produzindo um bem artístico, com propósitos diversos, desde sua utilidade até como adereço – enfeite –, mas há sempre em seu lado o valor artístico e estético, além, é claro, do valor cultural que carrega.

O ato de criação pode representar não necessariamente um interesse intelectual, mas, sim, uma necessidade humana. Conforme Cascudo (1983, p. 35-36),

todos os homens são realidades criadoras e sempre o foram. Todos possuíram as unidades culturais inerentes à própria condição humana [...]. Os aperfeiçoamentos, precisões, modificações e recriações técnicas [...] nos limites lógicos da criação e da influência, sob um critério de necessidade [...].

Cada sociedade tem um propósito com os artefatos que produz, passando para seus componentes um significado todo especial, que passa a ser inerente ao seu modo de viver. Os artefatos são, pois, elementos que transmitem e transportam a cultura.

Os artefatos definem também a região, a comunidade, o povo ou o país, além de ser elemento caracterizador de uma região dentro ou fora das suas fronteiras físicas, que têm formas e funções diferentes e também atribuições simbólicas. A cultura material é um elemento formador de características, de identidades culturais das sociedades humanas, transportando consigo um bem muito expressivo para a história das sociedades.

Dessa forma, pode-se concluir que as emoções administram a vida de todos nós, e a criação cultural é presença inabalável na memória do ser humano. A cultura material é a infinita diversidade de artefatos que o homem produziu e produz, bem como a possibilidade de criar, recriar, reinventar e acrescentar quando necessário. A relação que o ser humano tem com os artefatos é uma realidade incontestável; não podemos viver sem os artefatos – objetos. Isso porque é o elemento que aponta, identifica e caracteriza um grupo ou comunidade. Os objetos – artefatos – são a imortalidade de nossa história, da cultura acumulada durante a existência dos seres humanos.

### 2.3 Arte e artesanato: um paralelo

No decorrer dos anos, percebemos que a definição de arte já teve significativas e diversas concepções. Levando em consideração a grande diversidade cultural existente, é importante enfatizar que a arte sempre esteve presente na história das sociedades. Assim Abbagnano entende por arte: “No seu significado mais geral, todo o conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana qualquer” (1982, p. 77), em que os indivíduos alteram sua forma de viver e ver a arte. Nesse contexto se inserem também as práticas artesanais. Observamos que a arte é um conjunto de compreensões e representações, sendo uma habilidade seguida da razão ou ilusão de produzir algo.

Para Barbosa (1998), a arte se faz presente, muitas vezes, associada à cultura de determinada sociedade:

[...] não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. Sem conhecer as artes de uma sociedade, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura [...] através das artes é possível desenvolver a percepção e a imaginação, aprender a realidade, desenvolver a capacidade crítica [...] (BARBOSA, 1998, p. 16).

Ao se falar em arte, reportamos o pensamento a imagens. No entanto, arte são também expressões e sentimentos. Zamboni define, inicialmente, arte como “área do conhecimento humano, que abarca um amplo espectro de expressões e manifestações” (1998, p. 5). A arte é um fazer, um conjunto de atos, nesse sentido, qualquer atividade humana, desde que conduzida regularmente a um fim, pode ser chamada de arte.

A arte é uma produção; logo, supõe trabalho. No entanto, esse trabalho é feito pela criação do homem, uma vez que a imaginação e a criação se desenvolvem concomitantemente. Observemos o que Argan conceitua arte:

[...] não podem existir técnicas especiais, exclusivas do artista, porque o único sistema técnico e legítimo é aquele que a sociedade vai organizando e realizando consoante as necessidades da vida; se a arte é uma necessidade da vida, o artista deve valer-se das técnicas “sociais”, assim como delas se deve valer a sociedade para tornar utilizáveis, por parte da comunidade, os valores produzidos pelo artista (1988, p. 91).

Quando pensamos na arte e nas questões que a rodeiam, imaginamos logo criação e artista – criador, porém essa ideia não está condicionada aos “mitos do talento”, como foram pensadas no passado. A arte encontra-se nas premissas da cultura, trata-se de uma abordagem sociocultural. Devem ser levadas em conta as mudanças de costumes provocadas pelos movimentos históricos, pois a arte é um produto da cultura e da sociedade que a gerou. Está relacionada intrinsecamente à totalidade intelectual de uma sociedade.

Diante desse contexto, Marcuse assim se refere à arte:

O mundo significado na arte nunca é de modo algum apenas o mundo concreto da realidade de todos os dias, mas também não é o mundo da mera fantasia, e assim por diante. Não contém nada que também não exista na realidade concreta: as ações, pensamentos, sentimentos e sonhos dos homens e mulheres, as suas potencialidades e as da natureza. No entanto, o mundo de uma obra de arte é “irreal”, no sentido vulgar da palavra: é uma realidade fictícia. Mas é “irreal” não porque seja inferior em relação à realidade existente, mas porque lhe é superior e qualitativamente “diferente”. Como mundo fictício, como ilusão (*Schein*), contém mais verdade que a realidade de todos os dias. Pois, esta última é mistificada em suas instituições e relações, que fazem da necessidade uma escolha e da alienação uma auto-realização. Só no “mundo” ilusório as coisas parecem o que são e o que podem ser (1977, p. 61).

Para esse autor, o conceito de arte procura ampliar os limites poro meio de constantes experimentações, atitudes, que proporcionam ao indivíduo – artista – a elaboração de artefatos com características da cultura na qual o indivíduo está inserido. Ampliando o conceito de arte, é possível perceber que esta não estaria apenas relacionada à criação do artista e às suas especificidades, mas, sim, ao contexto da sociedade onde esse indivíduo – artista – vive, sendo influenciado por um todo.

A arte não é um campo cultural isolado, mas uma variação de significados, ideologias e pensamentos. Dessa forma, é entendida como a manifestação da experiência construída socialmente, agindo como mediadora de significados que vão ser interpretados e compreendidos nos contextos culturais dos sujeitos envolvidos.

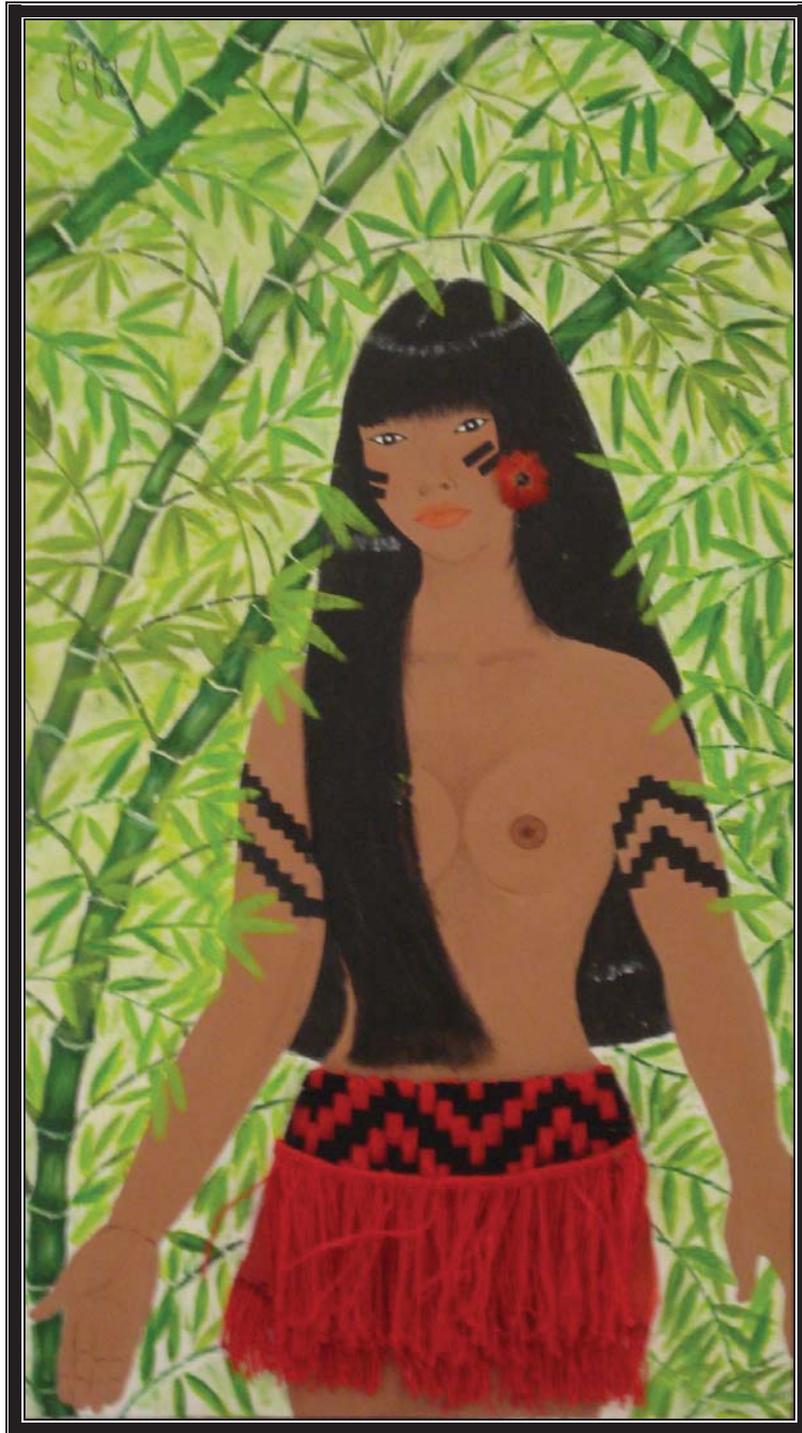
Podemos considerar a arte vista em categorias, como conhecimento por meio da história, como expressão, como conhecimento formal ou técnica, como processo de ação cultural.

A arte como um processo de ação cultural está vinculada ao contexto de uma sociedade. Essa expressão e cultura são heranças adquiridas no dia a dia da vida dos indivíduos que ali vivem. Reitera-se que o conceito de arte está intimamente ligado ao de cultura, uma vez que uma das principais vias de acesso à arte é a cultura. A arte disponibiliza

formas de conhecimento na qual um povo pode ser compreendido ou sentido, bem como a compreensão de várias expressões, como atitudes e sentimentos desse povo, facilitando o entendimento ou reconhecimento de determinada cultura.

Entendemos que a arte não é somente uma exclusividade de certa cultura ou grupo social, pois sabemos que se manifesta da criação individual ou coletiva, sendo do saber oriundo de técnicas artísticas ou espontâneas. A arte dos indígenas tem uma especificidade muito significativa, mesmo numa atividade livre, sobressaem-se particularidades da concepção indígena de mundo, de cultura, tendo em vista a satisfação das necessidades humanas.

Ao analisar a pintura indígena kaingang, notamos várias características, como a cor verde e vermelho muito presentes na cultura material e, da mesma forma, o meio onde o personagem a retratou. A maioria dos objetos do artesanato tem como matéria-prima o bambu, evidenciando que esse material fez parte do cotidiano indígena kaingang. Os traços feitos na pele da personagem retratam as duas partes denominadas kamé e kairu, que mantêm relações entre si e correspondem às marcas da etnia. A índia retratada pertence à kamé, pelos traços em seu rosto e também pelos seus cabelos escuros (pretos), longos, característica muito presente nas mulheres desse povo.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (outubro de 2010).

Figura 6: Pintura kaingang exposta na Unochapecó.

A arte e o artesanato possuem um ponto específico dentro da sociedade e muitas vezes se assemelham, embora cada qual desempenhe o seu papel. Podemos definir artesanato como toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade, que

refletem a cultura local e a relação do artesão com o seu meio, uma vez que utiliza materiais ao seu alcance. O artesanato é “o modo de aprendizagem e de vida que se entrecem alimentando uma cultura incorporada de reprodução [...]” (SANTOS, 1997, p. 6). Já a arte é uma prática pautada nos princípios da expressão. O fazer artístico tem relação com o sensível: os artistas expressam sentimentos e emoções, os modos que compreendem o mundo.

O artesanato pode ser decorativo ou utilitário; ambos rendem valores monetários. Já a arte faz parte da criação artística do indivíduo. Por exemplo, a cesta kaingang faz parte do artesanato utilitário, pois tanto índios quanto “brancos”, que compram a cesta, usam-na para transportar sementes, alimentos, assim como pode servir para outras finalidades. Percebemos que a decoração da cesta tem semelhança com o grafismo da metade kamé.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (Foto tirada na aldeia Bananeiras, 2011).

Figura 7: Artesanato utilitário.

O conceito de arte está focado na valorização do ato de criar sob a necessidade intelectual de quem a produz – artista. Podemos dizer que a arte é a forma de expressão; já o artesanato é fruto do trabalho de pessoas que o consideram como sua arte, pois é produto de seu conhecimento e de sua cultura. É necessário apontar dois grupos distintos: os artistas e os artesãos, com características, produções e conceitos também distintos.

Observamos que o artesão kaingang já incorporou elementos de outras culturas. Verificam-se características que estão além de sua matriz original, que, com o decorrer do tempo, transformam-se. O artista, por sua vez, expressa os seus pensamentos e ideologias através do que cria, demonstrando princípios ao conceber uma obra como forma de expressão.

O artesanato decorativo sempre esteve presente na cultura kaingang. Hoje vemos esse trabalho difundido nas sociedades que circundam as aldeias, pois o artesanato decorativo é uma forma de produção de renda para os indígenas. Percebemos que a maioria da matéria-prima de objetos confeccionados vem do meio onde vivem, como as sementes, as penas de pássaros e a madeira. Observamos que existem características próprias da cultura kaingang nos objetos, a exemplo do traço das duas metades – camé e cairu.

É impossível compreender tanto a arte quanto o artesanato sem um conhecimento prévio das características mais pertinentes que dominam o universo do índio kaingang. A observação dessa produção nos permite compreender como o índio kaingang cria, produz, classifica e ornamenta seu artesanato. Percebemos que há um contraste gráfico com os diferentes seres do universo indígena kaingang tanto natural quanto cultural. Cada obra ou objeto do artesanato conta uma história ou constitui parte da historiografia de um povo.

Constatamos na imagem a seguir os elementos que são utilizados para a produção do artesanato indígena kaingang, como sementes e plumas de pássaros extraídas da natureza, nos quais notamos a presença de cores fortes e vibrantes. Vemos também no artesanato decorativo um trabalho minucioso na confecção dos brincos. Outro importante fator é o *designer* contemporâneo, mas com características originais do índio kaingang.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (Foto tirada na aldeia Bananeiras, 2010).

Figura 8: Artesanato decorativo.

Há outra diferença entre a arte e o artesanato: aquela é contemplada pelo indivíduo culto, enquanto este é popular. No entanto, se pensarmos na circularidade da cultura (GINZBURG, 1987), esta dicotomia de arte/elite e artesanato/povo não se sustenta, pois percebemos a presença de elementos de ambas na produção tanto da arte quanto no artesanato. Tanto uma quanto outro se nutre de uma mesma base: a cultura.

O que é arte não é apenas uma questão estética: é necessário levar em conta como esta questão vai sendo respondida na interseção do que fazem os jornalistas e os críticos, os historiadores e os museógrafos, os marchands, os colecionadores e os especuladores. Da mesma forma, o popular não se define por uma essência a priori, mas pelas estratégias instáveis, diversas, com que os próprios setores subalternos constroem suas posições, e também pelo modo como o folclorista e o antropólogo levam à cena a cultura popular para o museu ou para a academia [...] (CANCLINI, 1997, p. 23).

A arte e o artesanato realizam-se enquanto produção de determinado elemento cultural. Devem ser observados como fenômenos socioculturais, distintos de suas especificidades, apesar de terem um aparente paralelismo. A cultura deve ser compartilhada por todos, pois à medida que esses indivíduos participam da vida cotidiana, surge o entendimento e o significado que cada um atribui à sua “arte”, respeitando sempre as diferenças. Assim, a existência de um grupo está na identidade, na sua cultura e na arte, uma vez que a arte e o artesanato representam toda a carga de valores culturais.

Tanto a arte quanto o artesanato têm formas de conhecimento e investimentos afetivos que definem as características de cada sociedade. O trabalho do artista envolve a criação e o trabalho do artesão é a repetição dos padrões preestabelecidos, uma vez que sabe a quantidade de material a ser usada e o que vai ser utilizado para a confecção de determinado artefato.

## **2.4 Cultura material kaingang**

Como já observado anteriormente, a arte sempre se fez presente desde o início da humanidade em todas as sociedades e culturas. Ocupou um lugar na vida das pessoas com uma função indispensável, tornando-se um fator essencial para a humanização e contribuindo nas atividades de todos os homens. A arte transforma continuamente. “A arte é necessária para que o homem se torne capaz de conhecer e mudar o mundo. Mas a arte também é necessária em virtude da magia que lhe é inerente” (FISCHER, 1996, p. 35).

A arte e o artesanato indígena kaingang são exemplos de diversidade cultural das sociedades, expressando a riqueza criadora dos indivíduos. Esses “trabalhos” expressam questões de fundamental importância, documentam fatos históricos, manifestações culturais. Para Ribeiro (1987, p. 33),

os índios fazem bem tudo que fazem, [...] atrás dessa visível ausência instrumental, o que mais avulta é a presença de uma extraordinária maestria nas mãos indígenas. Mais do que instrumentos, é nesta habilidade que se assenta sua capacidade de atuar sobre matérias com que trabalham, para forçá-las a assumir a forma do modelo que têm na mente. Nessas bases é que se produzem e reproduzem as armas, objetos e os utensílios operativos com que os índios.

O povo kaingang manifesta-se por meio da sua arte empregando técnicas variadas, carregadas de significados, que nos revelam a elaboração das adaptações e expressões

culturais que nos cercam. O seu “trabalho” é bem elaborado, transformando recursos da natureza que podem ser vendidos para outras pessoas.

Podemos verificar que o seu “trabalho” faz parte da fonte de renda da família. Nas suas expressões plásticas e gráficas observamos a beleza estética de sua arte que vai além da pintura corporal e ornamentos. Vemos no próprio artesanato os seus objetos utilitários, que não deixam de ser um tipo de arte do povo kaingang.

[...] certas criações conformadas pelos índios de acordo com padrões prescritos, geralmente para servir a usos práticos, mas buscando alcançar a perfeição. Não todas elas, naturalmente, mas aquelas entre todas alcançam tão alto grau de rigor formal e de beleza que se destacam [...] (RIBEIRO,1987, p. 29).

A cultura material kaingang possui uma grande produção artesanal feita com recursos extraídos da natureza. Notamos que eles possuem técnicas específicas para trabalhar cada material. Tudo o que produzem é para ser bonito, útil e bom. Assim, sua produção tem seu significado social, estético, ritual e educativo dentro do grupo. Podemos afirmar que existe uma grande diversidade de artefatos produzidos pelos indígenas kaingang, tanto arte como artesanato.

### 3 O ÍNDIO KAINGANG: A ESSÊNCIA DA CULTURA

Cada tribo tem seu modo cultural próprio de identificação: suas crenças, tradições, língua, leis internas e organização social. Essa identificação ou identidade é determinante para a cultura do povo, como forma de construção e reafirmação de sua identidade de grupo.

Na rotina dos kaingang da reserva de Nonoai, as ações e afazeres diários estão se modificando lentamente e que não correspondem mais ao que ocorria em décadas passadas. Embora o contato com outras culturas tenha influenciado os aspectos culturais dos indígenas, eles ainda continuam com traços e fatores que determinam a sua cultura material, o que não quer dizer que essas resistam à passagem do tempo inalterável. Essas técnicas e artefatos ou utensílios são adaptados sem perder os elementos originais de sua cultura.

Verifica-se aqui a atualização de tradições. Segundo Hobsbawm (1997, p. 9), a tradição inventada é um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento [...] automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

Ainda na visão de Hobsbawm, no que se refere à diferença entre tradição e costume, que fazem parte da cultura de um povo, assim se expressa:

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume” [...] o objetivo e as características das “tradições” é a invariabilidade [...]. O “costume” não pode se dar ao luxo de ser invariável [...]. Neste aspecto, aliás, a diferença entre “tradição” e “costume” fica bem clara (1997, p. 10).

Tanto a tradição quanto o costume fazem parte da cultura do indivíduo. O homem é um ser cheio de significações, e sua relação com o mundo está sempre revestida de significações. O cotidiano, os usos e costumes, valores, fazem parte de um emaranhado de experiências humanas, que chamamos de cultura.

No conceito de Stuart Hall (2003, p. 332), a cultura é “o terreno das práticas, representações, linguagens e costumes concretos de qualquer sociedade historicamente específica. Também inclui formas contraditórias do ‘senso comum’ que se enraízam e ajudam a moldar a vida popular”.

Todos os indivíduos são parte da cultura material, que nos permite classificar as diferentes características de cada artefato. O produto é reconhecido por todos que fazem parte

de determinada cultura em que estão inseridos, pois todos sabem o real significado do artefato, para que serve e como deve ser utilizado.

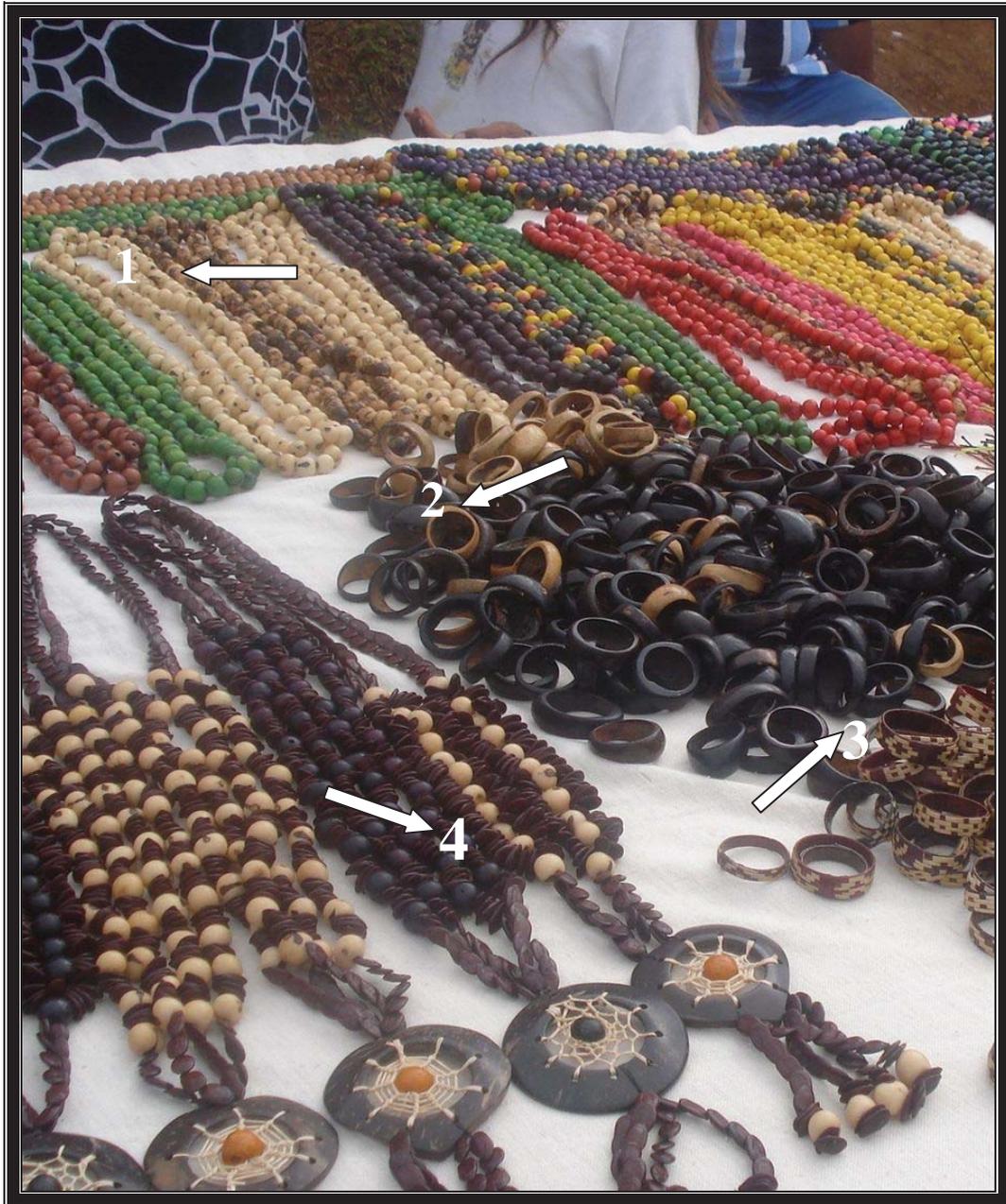
### **3.1 Produção artesanal – artesanato decorativo**

O povo kaingang destaca-se pela produção artesanal, sendo uma cultura material presente no seu cotidiano. Dentre os produtos artesanais – cultura material – estão o artesanato decorativo, composto por pulseiras, cordões e brincos, e o artesanato utilitário, como cestos e peneiras. Essa arte na maioria das vezes é criada sem a real ideia de arte para a pessoa que a produz, sendo denominada como tal por aqueles que a consomem. Vamos tratar dessas questões analisando diversos fatores, entre os quais a origem, a produção, os materiais, a criatividade, as influências culturais e o significado para quem a produz.

A diversidade cultural engloba as diferenças culturais que existem entre os povos ou pessoas. A linguagem, a vestimenta, as tradições, bem como a forma como as sociedades se organizam fazem parte de sua cultura. A cultura material compreende um conjunto de artefatos criados pelo homem, combinando matérias-primas e tecnologia na produção e confecção dos artefatos ou objetos. Já a cultura imaterial tem como essência o conhecimento transmitido e necessário, ou seja, os saberes e os fazeres, as línguas, as manifestações tradicionais, festas e rituais, transmitidos de geração para geração. Todas as coisas imateriais e materiais têm valor cultural e integram um conjunto de bens culturais, que são relevantes para garantir a continuidade de uma cultura.

A produção artesanal é um fazer poético, no qual a técnica e o manuseio articulam significados entre si, bem como a experimentação de suportes e materiais variados na confecção dos produtos. Constatamos que a cultura se biparte, ressignifica e/ou transfigura, sobretudo altera o modo cultural das sociedades. Há uma variedade de possibilidades que surgem.

Vejamos a produção de pulseiras, brincos, colares e anéis realizados na aldeia de Beijamin. Como podemos observar na Figura 9, no nº 1 vemos sementes de caité ou de rosário; no nº 2, anel confeccionado de coco, extraído do pé de coqueiro; no nº 3 observamos o anel trançado de cipó e taquara e, no nº 4 vemos colares mistos, confeccionados com sementes de caité e cinamomo. Consideramos essa nomenclatura que foi citada pelos índios kaingang da aldeia.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (Foto tirada na aldeia Beijamin, 2010).

Figura 9: Artesanato decorativo. Colares.

Como vemos na imagem (Figura 9), essas são produções dos índios kaingang, com materiais extraídos da natureza, como sementes de árvores nativas de nossa região, com a coloração natural, dando uma característica rudimentar e diferenciada (caité ou rosário, esporão-de-galo e cinamomo); bambu (taquara); cipó. Esse trabalho de confeccionar as peças faz parte do dia a dia dos kaingang, utilizando o que eles encontram em seu meio. Desse

modo, justifica-se o interesse pelas terras indígenas, pois é desse meio que tiram a matéria-prima para produzir seu artesanato. Essa matéria-prima, por se encontrar escassa, exige muita procura, o que se deve ao fato de as terras indígenas, na maior parte, estarem arrendadas aos brancos para o plantio de grãos como a soja e o milho.<sup>17</sup>

A concepção de que o artesanato é uma das principais fontes de renda dos indígenas é errônea. Isso pode ter ocorrido no passado, entretanto, atualmente poucas famílias da aldeia de Nonoai se ocupam apenas da produção de artesanato, sendo que são as famílias mais humildes e sem outras formas de renda que se dedicam à produção artesanal. Mas vale ressaltar que a maioria dos indígenas sabe manusear o material e confeccionar os objetos artesanais decorativos, tanto jovens quanto adultos. Sabemos que esse saber ainda é passado de geração em geração.

Em contato com os alunos da escola Pero-Gá, localizada na aldeia Beijamin, constatou-se que a partir dos oito a dez anos as crianças já começam a ter ensinamentos sobre a confecção de suas primeiras produções artesanais. Todos os membros aprendem; no entanto, só alguns continuam com essa prática, cujo principal motivo apontado é o pouco valor comercial dos produtos. De modo geral, prevalece entre esses kaingang a visão de que trabalhar nas indústrias da região traz maiores benefícios financeiros, por isso abandonam a atividade artesanal e se empregam nas indústrias.

Nos últimos dez anos houve uma mudança no *designer* dos colares e brincos, ocorrendo uma adaptação ou melhoramento das peças, sugerindo a ideia de moderno. O principal motivo, como já mencionado, é o valor comercial das peças, além da escassez e dificuldade da coleta de matéria-prima. Partindo desse pressuposto, devemos analisar a figura a seguir, em que vemos uma mistura de materiais rudimentares e modernos, como a presença de miçangas. Percebemos a variedade de tons de cores que foram produzidas a partir da inovação tecnológica.

Na Figura 10 percebemos essa variedade de materiais e cores: no nº 1, pulseiras de miçangas; já ao lado, no nº 2, observamos pulseiras confeccionadas com bambu e sementes, além dos colares ao fundo. Fica claro como há uma presença significativa de materiais industrializados e uma ressignificação na forma de confeccionar as peças. Nas peças produzidas com miçangas é notório o gosto pelos tons avermelhados, como, por exemplo, cor de rosa e laranja.

---

<sup>17</sup> Como já foi apontado, a terra indígena é arrendada para os brancos, que, por sua vez, pagam arrendamento aos indígenas, que é escalonado internamente.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (Foto tirada na aldeia Beijamin, 2011).

Figura 10: Artesanato decorativo.

Vemos que os artesãos também buscaram no comércio os pigmentos que usam. Hoje em dia é usada uma pigmentação chamada anilina, encontrada nos supermercados da região. Esse produto é fácil de ser manuseado para colorir as sementes; as miçangas, que já são coloridas, são compradas em bazar.

A produção do artesanato decorativo está sofrendo uma ressignificação na forma de encontrar matéria-prima, pois cada vez mais está se assemelhando aos modelos das sociedades não indígenas, bem como a forma de produção e comercialização dos objetos. Essa mudança de materiais nos dá a ideia de que a sociedade majoritária regional – brancos – está norteando os interesses de produção do artesanato decorativo. O branco sempre comprou e ainda compra o artesanato indígena kaingang, sendo o principal colaborador para a obtenção de lucro.

Segundo um índio entrevistado, essa tendência do uso de novos materiais se deve ao fato da escassez de matéria-prima e também da facilidade de manuseio das miçangas, que já vêm prontas, pintadas e perfuradas. Ele afirma: “É mais ligeiro de fazer e vende bem

também.” Encontramos nesse discurso que o próprio índio busca a inovação e melhoria na sua produção, mas em sua essência ainda encontramos os vestígios da sua cultura. Nesse caso, o saber permanece, o que se altera e moderniza é a matéria-prima.

No entanto, a capacidade de adaptação de novos materiais possibilita a sobrevivência dessa produção artesanal, incorporando novos elementos à sua cultura e abandonando outros, dependendo da necessidade de adaptação para venda da produção. Nesse contexto o índio kaingang se adapta às ideias preconcebidas dos brancos para ter a continuidade de venda da sua produção do artesanato.

Consequentemente, essa situação gera uma problemática. Percebemos que a grande maioria da sociedade que convive com os indígenas evidencia a mudança gradativa de características de produção artesanal indígena. A partir da investigação com moradores próximos da reserva, os mesmos discorrem sobre a significativa mudança de hábitos na coleta e confecção do artesanato, sendo que também é visível a mudança de como era feita a venda do artesanato e como é hoje realizada.

Em tempos anteriores, os indígenas saíam de casa em casa, no interior dos municípios, oferecendo cestos, peneiras, entre outros artefatos. Também se estabeleciam nas rodoviárias da região para venderem o artesanato. Hoje não vemos mais essa prática na nossa região do Médio Alto Uruguai. Relata um indígena que eles passavam o inverno confeccionando os materiais e no verão viajavam para outras cidades para vender suas peças artesanais. Em alguns locais, isso ainda existe, mas sabemos que poucos indígenas se deslocam para o litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para efetuar a venda da produção do artesanato, prática que ocorre nos meses de dezembro a março.

Na Figura 11 observamos a forma de vender o artesanato indígena kaingang. Nota-se que está ocorrendo uma mudança de hábitos e que os indígenas estão às margens das estradas oferecendo o seu artesanato, montando pequenos comércios.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (Foto tirada às margens da RS 324, próximo a Nonoai – 2011).

Figura 11: Casa com Placa sobre a venda de artesanato.

A família revela que é melhor vender em casa, pois assim não tem gastos. Outro fator são as encomendas, visto que as pessoas passam, param e fazem suas encomendas, comprando-as no retorno da viagem. Outra prática na aldeia é a venda de artesanato pelas crianças indígenas, as quais ficam às margens da rodovia com o artesanato que seus familiares produziram.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2012).

Figura 12: Venda de artesanato.

A Figura 12 mostra crianças que, nesse dia, estavam vendendo colares e anéis. Elas ficam próximas a um quebra-molas, onde os carros reduzem a velocidade, o que facilita a oferta da venda do artesanato. Essas crianças estudam na escola indígena Pero-Gá e no turno que não vão para a escola ficam às margens do asfalto que liga o município de Gramado dos Loureiros a Planalto para venderem o artesanato.

Referente à produção do artesanato, encontramos uma matéria publicada por um jornal regional, tratando sobre o artesanato desenvolvido pelos índios kaingang de Nonoai e Gramado dos Loureiros.

Visão da Notícia, 14 de março de 2011

Especial 9

## Sem perder a essência e a cultura Artesanatos, uma arte milenar nas aldeias indígenas

A arte de confeccionar peças artesanais faz parte da cultura indígena e não se perdeu com o passar do tempo e nem com a influência do branco, prova disso são as aldeias dos municípios de Nonoai e Gramado dos Loureiros, onde muitas famílias utilizam esse meio como fonte de renda.

A família de Celso Loureiro e Sueli Ofrásio Batista da aldeia Benjamin é um exemplo, com a confecção e comercialização dos artesanatos mantém a casa e os familiares. São dez pessoas atuando na produção de brincos, pulseiras, anéis, colares, balaios com tampas, cestas, vasos de flores, fruteiras, chapéus, canetas e flechas.

Segundo Sueli, o mais difícil é coletar e limpar o material, "temos que entrar no meio do mato e existem espinhos, depois da extração e limpeza das taquaras, deixamos secar um dia no sol para podermos fabricar os artesanatos", conta. A matéria prima utilizada é o Taquaraçu, sementes e três tipos de taquaras. A comercialização

é realizada de porta em porta e também por encomendas, por todos os familiares, inclusive os pequenos que ainda não sabem confeccionar.

A família revela que se consideram verdadeiros artesãos, uma das filhas do casal, Janice Loureiro possui carteira profissional de artesã. Mesmo assim afirmam nunca ter participado de feiras e exposições. Conforme explica Celso, a cultura da produção de artesanatos é transmitida de geração para geração, "aqueles que não querem aprender, buscam as firmas para trabalhar e ter outra fonte de renda", ressalta.

De acordo com o cacique, José Orestes Lopes do Nascimento, são 3.180 kaingang nas aldeias de Nonoai e Gramado dos Loureiros e 95% deles sabem confeccionar os artesanatos, mas poucas famílias sobrevivem dessa produção porque possuem outras alternativas de renda. Segundo ele, a atividade é cultural, "algumas famílias avaliam a produção de artesanatos como uma fonte de renda mais fácil e rápida, se

analisarmos a produção de soja por exemplo, o retorno financeiro demora seis meses, enquanto que a produção e venda de artesanatos é rápida e os materiais estão disponíveis na mata", expõe o cacique.

"O branco influenciou muito na cultura indígena, mas a língua, as danças, os casamentos e as comidas típicas fazem questão de manter", explica. Para ele, ser cacique há 22 anos é motivo de orgulho, "não tenho dificuldades para lidar com o povo, no início foi mais difícil, hoje já tenho experiência e consigo resolver os problemas com mais tranquilidade", afirma.

Nascimento conta que a aldeia existe há 300 anos e o período mais complicado foi aos seus 15 anos, "no governo do Brizola perdemos todas as terras indígenas, os brancos, chamados 'sem terra' tomaram conta delas e foi um processo lento e burocrático para conseguirmos de volta a posse", relata.

*Para a equipe do jornal Visão, poder mostrar um pouco da realidade e da cultura do povo indígena é motivo de satisfação. Apesar de observarmos o quanto a cultura do índio foi influenciada pelos brancos, é possível perceber que este povo não perdeu sua essência e que tem muito para contar. Nas próximas edições contaremos mais sobre a cultura e os costumes deste povo que faz parte da nossa história.*




A família de Celso Loureiro e Sueli Ofrásio Batista da aldeia Benjamin, tem o artesanato como fonte de renda

Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2011).

Figura 13: Reportagem do jornal Visão da Notícia.

Na reportagem fica explícito que o “branco” influencia na cultura indígena, que, sem alternativas para obter um dinheiro mais “rápido”, vende o seu artesanato. Observamos também a fala do cacique, citando que índios da aldeia procuram firmas para poder ter o seu dinheiro mensal para a sua subsistência. Essa prática é totalmente influenciada pelo homem branco. Como fator relevante ainda são os dois opostos aos que existem: a busca pelo dinheiro através do artesanato e o emprego nas firmas. O índio acaba se submetendo ao trabalho de uma empresa para garantir a sua sustentabilidade financeira.

Para a equipe do jornal, essa reportagem divulga alguns aspectos da cultura indígena kaingang da TI de Nonoai e Gramado dos Loureiros, sendo que na visão do jornal os índios foram influenciados pelos brancos, mas ainda é possível perceber a essência da cultura kaingang na produção e confecção do artesanato indígena local.

### 3.2 Artesanato utilitário

Quando mencionamos artesanato utilitário, reportamo-nos a cestos, peneiras, entre outros artefatos, que são usados no dia a dia pelos índios e brancos no auxílio dos afazeres diários. Historicamente sabemos que existem três tipos de objetos mais usados: a peneira, o cesto e o balaio, conforme afirmação de um índio em conversa sobre o assunto.

Segundo o índio (C. L.) da aldeia Bananeira, os cestos e balaios têm uma classificação específica, de acordo com a constituição morfológica. Os cestos compridos, altos, e abertos são denominados representantes da metade kamé. Já os cestos redondos, baixos e fechados são denominados da metade kairucré. Vemos, assim, um dos aspectos mais importantes, que é a dualidade kamé e kairucré presentes até entre o artesanato utilitário.

A peneira serve para fazer a limpeza das sementes a serem plantadas ou consumidas como componente de sua alimentação, como se observa na Figura 14.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2010).

Figura 14: Peneira com sementes.

Certamente, a peneira feita de taquara ajudava na lida diária tanto para os índios quanto para os brancos; no entanto, esse objeto praticamente já não existe mais, uma vez que o índio está organizado em sistema de cooperativas, arrendando suas terras aos brancos para plantarem e na colheita lhes é repassada uma porcentagem do produto. Todo o trabalho de plantio e colheita é mecanizado, razão pela qual não é mais preciso do uso da peneira para a limpeza de grãos. Em Gramado dos Loureiros raramente vemos um índio vendendo uma peneira ou cesto.

Os cestos eram utilizados para a colheita do produto nas safras, bem como serviam para distribuir os alimentos para os animais. A Figura 15 mostra o cesto de taquara cheio de palha de milho para alimentar o gado. O artefato também está sendo pouco usado em razão da presença de novas tecnologias no trato dos animais. Em tempos não muito remotos, o cesto era intensamente utilizado pelos brancos nas colheitas, especialmente a do milho, transportado-o no carro de boi (carroça). Sem a presença da tecnologia agrícola de hoje, os agricultores recolhiam o milho a mão, espiga por espiga, denominando essa prática de “quebrar milho”.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2010).

Figura 15: Cesto com palha de milho para tratar o gado.

Outro artefato importante é o balaio, que servia para guardar e carregar alimentos. Este ainda está presente nos pequenos afazeres domésticos do dia a dia dos índios e dos brancos. Apesar de todas as adaptações e transformações ocorridas no artesanato utilitário kaingang, o balaio (“balainho” ou “cestinho”) ainda persiste pela sua importante utilidade no meio agrícola. Esse pequeno artefato é confeccionado de taquaras mais novas e menores, já que devem ser facilmente dobradas para trançar de acordo com o “feito” (tipo).

Na Figura 16 observamos que esse pequeno artefato tinha uma função mais doméstica, de uso por mulheres e crianças, como constatamos em um relato de uma senhora de 63 anos (M. S.) residente nas proximidades da aldeia. Segundo ela, “os balaio eram usados pra guardar bolachas caseiras, recolher ovos, e as crianças também com os mais pequenos, hoje eu uso pra recolher ovo e guardar os prendedor de roupa”.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2011).

Figura 16: Balaio com ovos.

Pela utilidade diária desses artefatos, perduram até hoje sua confecção, para melhor servir e facilitar na prática das atividades de sobrevivência, mesmo assim passam por incorporar novas finalidades e abandonando outras. Uma nova tendência surge na confecção desses cestos, foi utilizado o cipó como novo material, que até então não era muito usado na sua confecção, como fica claro na afirmação de Leontiev:

[...] cada geração começa sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolve assim as aptidões especificamente humanas (2004, p. 284).

Essa afirmação é comprovada em pesquisa de campo, pois hoje o índio está adaptando materiais, técnicas, usos e costumes para a sobrevivência nessa prática artesanal. Com o avanço da tecnologia no campo resultou na destruição da maior parte das reservas de matéria-prima, com isso, o pouco que lhes resta, fazem objetos com fins decorativos, na tentativa de valorizar mais o artesanato indígena kaingang.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2011).

Figura 17: Montagem de fotos coletadas numa exposição em comemoração ao Dia do Índio.

Pela Figura 17 podemos identificar: no item 1, cestos decorativos; 2, um suporte para flor, confeccionado com taquara; 3, uma luminária feita de cipó; 4, garrafas decoradas com linhas de fio cru (a linha utilizada para fazer tapetes de crochê); 5, observamos a figura de uma galinha confeccionada com cipó, que serve para decoração da casa, bem como para guardar ovos.

O artesanato indígena kaingang está atualizando os seus produtos, podendo utilizar novos recursos e materiais, novas formas e usos, determinando um novo processo que se caracteriza em mudanças resultantes de contatos interculturais. Nesse aspecto percebemos renovação e ressignificação do artesanato, que é a parte fundamental da expressão da cultura atual de um povo, cuja relação está na necessidade de mudar e recriar.

É importante citar o comentário de um índio, que percebe a necessidade desse convívio entre as culturas: “Precisa fazer a articulação do povo indígena com o povo branco.” É nesse contexto que notamos uma significativa preocupação do índio com as suas tradições; ele quer viver em harmonia com outras culturas e garantir a continuidade da sua.

É através do artefato confeccionado que se evidencia a simbologia indígena, a essência de sua cultura. O trançado e a cor têm significados próprios tanto para o objeto quanto para o indivíduo que o produziu ou o utiliza. Os artefatos são produtos de uma história, em cujas marcas está explícita a identidade de quem os confeccionou.

### **3.3 Arte indígena – o fazer artístico**

Os estudos referentes à arte indígena abrangem um universo bastante amplo, e a veiculação dessa cultura percebe vários espaços e formas de interpretações. O índio kaingang se revela na arte com uma capacidade expressiva de significados simbólicos particulares. Vemos a arte como um espelho simbólico dos sentimentos unindo o real ao imaginário, apontando novas compreensões sobre a expressão cultural.

Sobre as manifestações simbólicas estéticas da arte, Geertz (1989, p. 144) afirma que é difícil falar de arte, pois existe num mundo próprio, de tonalidades entre as cores e relação das formas nos desenhos ou pinturas. Sabemos que a arte faz parte do meio pictórico ou de pensamentos mais profundos do artista e, dessa forma, percebemos a suscetível importância de falar e entender a arte.

A arte expressa sentimentos não só de um indivíduo, mas de um povo. Surgem vários outros aspectos da cultura desse povo ou indivíduos, como costumes, crença, moralidade, ciência, tecnologia, organização da vida prática e cotidiana como forma de atividade social ou um padrão de vida específico.

Uma das formas de expressão dos indígenas está na grande habilidade de desenhar. Por meio desse desenho, percebemos a conexão com o mundo que o índio vive. A beleza está presente nos detalhes e nas cores. Para os alunos índios da escola Pero-Gá, a pintura não precisa permanecer para justificar sua beleza. O tempo de produção já basta para se completar. Os desenhos mostram a realidade e o meio onde o indígena vive, como podemos observar na Figura 18, feita por um dos alunos, retratando a realidade do seu dia a dia, verificamos aspectos que estão presentes na cultura indígena.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2012).

Figura 18: Desenhos criados pelos alunos indígenas.

Notamos que os elementos que compõem o desenho são representações naturalistas, árvores, como a araucária, a maior do desenho, além de animais, como marrecas, que estão no lago, e muitas outras árvores, dando-nos a impressão de ser uma floresta ou um lugar com muita vegetação. Sabemos que todos esses elementos fazem parte do cotidiano do índio kaingang. O autor do desenho, o aluno F. L., assim descreveu sua produção: “Desenhei o pinheiro – araucária – porque eu gosto muito de comer pinhão e as marreca tem bastante açude – lagoa – perto da onde eu moro daí eu caço pra come as marrequinha, ela são bem boa de come.”

É possível afirmar que o aluno retratou o meio onde ele vive e o que gosta de fazer. O desenho, por meio do qual o aluno expressou suas atitudes e pensamentos, fornece-nos a compreensão dos seus valores.

Na busca por imagens artísticas dos indígenas, foi visitada uma exposição sobre pintura e grafismo dos kaingang da aldeia de Serrinha.<sup>18</sup> Visualizando as imagens, foi possível perceber como a cultura indígena está presente no traço forte e também nas cores de predomínio da cultura kaingang, como podemos observar na Figura 19.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta.

Figura 19: Montagem de fotos coletadas numa exposição em comemoração ao Dia do Índio.

<sup>18</sup> Sobre os índios de Serrinha, conferir estudo de ARESI, Cláudia. *Transformações culturais e território: o kaingang da reserva indígena de Serrinha – RS*. Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2008; CARINI, Joel João. *Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

Considerando a produção das imagens, fica claro que “arte e vida devem caminhar juntas”. As pinturas expressam a forma realista das duas metades do povo kaingang: nos quadros 1 e 3, a metade kairucré, onde estão presentes desenhos gráficos redondos; e no quadro 2, a metade kamé, representado pela marca comprida, o retângulo. Nas pinturas vemos a evidência da expressão dessas metades kamé e kairu como elementos fundamentais para a manutenção da identidade do povo indígena kaingang.

Os índios usavam a pintura corporal para identificar as metades. Essas pinturas eram feitas para realizar rituais, cujas tintas eram extraídas da natureza. Como sabemos, não há mais a prática desses rituais na região pesquisada; no entanto, vemos outros materiais com tinta industrializada – tinta própria para pintura (óleo ou acrílica) – e outras formas de suporte, criando novas formas de expressão para a identidade indígena kaingang.

Ainda referindo-se à arte, Ana Mae Barbosa assim a descreve:

Produto da fantasia e imaginação, arte não está separada da economia, política e dos padrões sociais que operam na sociedade [...]. Construimos a história a partir de cada obra de arte [...]. Estabelecendo conexões e relações entre outras obras de arte e outras manifestações culturais [...] (BARBOSA, 1998, p. 19).

Desde então a arte tornou-se muito importante para a livre expressão e valorização do processo criativo. É muito ampla e nos permite a construção de ideias e conceitos sobre o artista que a criou, bem como sobre a cultura de um povo, proporcionando, assim, o conhecimento dos valores, crenças, ideologias, costumes, tradições, entre outros.

### **3.4 As festas culturais**

As festas também fazem parte das manifestações culturais dos índios kaingang. São imprescindíveis para a continuidade da cultura; são revelações de fenômenos populares os quais configuram um profundo manancial cultural, cujas matrizes revelam a identidade étnica e cultural de um povo. Sendo assim, a festa

[...] é parte de um jogo, é um espaço aberto no viver social para a reiteração, produção e negociação das identidades sociais [...] um tempo de exaltação dos sentidos sociais regido por regras que regulam as disputas simbólicas em seu interior e que podem, por vezes, ser bastante agudas. A festa unifica, mas também diferencia, tanto interna, quanto internamente (GUARINELLO *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 78-93).

Procuramos entender e interpretar os elementos significativos que constituem a vida em sociedade. Cada vez mais o homem procura uma linguagem cultural e contemporânea, o que podemos perceber através do que o indígena usava há cinco décadas. Como eram suas festividades e como são hoje? O índio festejava e praticava seus rituais ao ar livre. Suas festas faziam parte de rituais, como casamento, morte, chuva, entre outros. É notória uma mudança de hábitos e costumes, bem como a maneira de se divertir e festejar.

De acordo com o índio C. M., em tempos passados o divertimento favorito dos índios era o arremesso de porrete uns aos outros, luta que se dava entre os integrantes do grupo indígena, trocando-se os porretes por tochas acesas, caso a luta fosse à noite. Os índios demonstravam grande habilidade no arremesso desses objetos – porretes –, prática que atualmente não é mais vista entre eles.

A forma com que cada indivíduo se relaciona com os meios tecnológicos varia conforme o meio onde vive; se vive em um grande centro urbano, tem várias chances e possibilidades de se relacionar com esses meios, porém, quem vive no meio rural, encontra muitas dificuldades de relacionamento e informação. Isso, no entanto, não é um motivo para renegar as mudanças que estão acontecendo e, sim, persistir para haver uma igualdade e uma mudança de hábito.

Embora ainda esteja um pouco longe de acontecer, não podemos recusar que estamos num processo de desenvolvimento. A reserva está conquistando espaços de sociabilidade, como o ginásio poliesportivo. Com uma estrutura ampla e moderna, dentro do ginásio há duas salas de reuniões e um palco. Podemos ver essa realidade a partir da imagem a seguir, que retrata uma conquista da comunidade indígena de Gramado dos Loureiros.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2012).

Figura 20: Ginásio Poliesportivo localizado na escola Pero-Gá.

Em 2012, a aldeia foi contemplada com um ginásio poliesportivo, único lugar de lazer da comunidade kaingang, inaugurado no mês de maio. No ginásio são realizadas aulas de educação física e práticas de esportes por toda a comunidade, além da realização de festas e comemorações, a exemplo dos casamentos que ocorrem.

A comunidade se sente feliz por ter tido essa expressiva conquista. “Falta o campo de futebol que não tem, mais com o tempo conseguimos”, relata uma das lideranças da comunidade. Hoje o esporte favorito dos índios da aldeia é o futebol; tanto os homens quanto as mulheres demonstram uma grande habilidade com o esporte.

Atualmente, a festa cultural que acontece na aldeia de Bananeira é a comemoração do Dia do Índio, com churrasco, baile e escolha da mais bela moça índia. Poucos aspectos culturais dos kaingang são vistos nessa festividade, percebendo-se apenas a roupa típica da cultura nas índias que desfilam.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2012).

Figura 21: Festa de inauguração do Ginásio Poliesportivo.

Há alguns anos tentou-se resgatar a festa do *kiki*, ritual em que são passadas para os indígenas as metades tribais kamé e kaiuru, porém ocorreu somente uma vez, não sendo mais reeditada. Também é considerada a festa ou culto aos mortos. A bebida *kiki* é feita de milho e mel fermentado. Em relatos coletados com os índios mais velhos dão conta de que essa bebida era alucinógena, causava embriaguez e, por isso, como há uma grande maioria de índios evangélicos, a igreja via essa manifestação como profana, então se tornou difícil realizá-la. Por outro lado, podemos pensar também que essa festa perdeu o seu real significado entre esse povo porque não se vê mais os mesmos valores que seus ancestrais.

Como forma de tentar revitalizar a cultura indígena kaingang, cito aqui o exemplo de uma escola na mesma TI, localizada no município de Nonoai, a escola Joaquim Gatén Casseiro, que tenta pelo terceiro ano consecutivo comemorar o Dia do Índio com uma semana cultural. Sabemos que o evento procura revitalizar a cultura kaingang, lembrando costumes, danças e usos dos antepassados. Vemos na Figura 22 a imagem dos painéis criados para o evento.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2012).

Figura 22: Pinturas expostas na 3ª Semana Cultural Indígena.

Os painéis são confeccionados com a professora de artes da escola em conjunto com os alunos das séries finais do ensino fundamental. Na imagem identifica-se a matéria-prima muito utilizada no artesanato kaingang, a taquara; assim como também percebemos a presença da figura feminina, materna, painel 1. No painel 2 temos a presença da família indígena kaingang junto aos produtos do artesanato indígena.

Nessa semana são realizadas palestras, mesa-redonda, apresentações artísticas, como dança e canções típicas kaingang, além da fala de lideranças mais idosas que relatam os costumes de antigamente. Na sequência (Figura 23), a imagem das apresentações do grupo de dança.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2012).

Figura 23: Danças apresentadas na 3ª Semana Cultural Indígena.

Todas as escolas da região são convidadas a participar, bem como todas as pessoas que demonstrarem interesse por conhecer e valorizar a cultura indígena kaingang. Nesse último seminário, em 2012, houve a contribuição de um artista local com uma cantiga indígena, que foi traduzida para o português, para melhor entendermos, pois um grande público frequentou o seminário e não entendia kaingang. A letra diz: “Antigamente os índios e os negros eram escravos levados pelos brancos / nós não sabia que nós era irmão / e agora nós vivemos juntos / porque nós somos filhos de Deus / primeiro Deus criou Adão e Eva / e nós somos a semente deles / índios e negros e brancos também.”

Observamos que nessa letra todos “nós” precisamos fazer a articulação do povo indígena com as outras culturas para romper com o preconceito e a discriminação que ainda existe. A simplicidade da letra da música demonstra que a cultura indígena é algo para ser apreciado. Analisando esse aspecto, observamos o relato do capitão dos índios da aldeia, que se refere à cultura indígena como sendo “forte e grande, o tronco foi cortado, mas a raiz permanece forte e vigorosa”.

### 3.5 A importância da língua materna para a preservação da identidade cultural

A língua materna kaingang deve ser lembrada, pois é por meio dela que podem ser encontradas as informações para se compreender os ideais, os valores e os significados presentes na sua cultura, bem como as tradições e os costumes. O que nos permite afirmar que a língua é a alma do povo kaingang e que garante a preservação dos vários costumes. Um dos principais aspectos culturais dos kaingang é, portanto, a linguística, considerada de muita valia, pois é através da língua falada que se determinam vários aspectos culturais repassados de geração a geração. É importante frisar que a cultura linguística não dispunha de escrita e, dessa forma, a principal ferramenta de continuidade e manutenção da língua era a oralidade.

Na reserva de Nonoai, nem todos os habitantes sabem falar o kaingang; uma parcela significativa fala só português, e outra parte já é bilíngue, pois domina o português e o kaingang. Segundo um rapaz entrevistado, a língua é o único aspecto legítimo que o kaingang ainda possui, constituindo-se na principal característica de identificação do índio kaingang.

A língua é repassada através da oralidade entre pais e filhos, os quais já falam kaingang com seus filhos desde pequeninos e mais tarde na escola lhes é ensinada nos primeiros anos do ensino fundamental – o que é uma novidade recente. Dessa forma, a língua é um capital simbólico que permite compreender a bagagem cultural do índio kaingang.

É aceitável que a língua tenha recebido alguma influência dos imigrantes que aqui vieram a residir. Essa categoria compõe as informações mais importantes desse povo. Percebemos uma tentativa de revigorar a língua kaingang. Os próprios indígenas têm essa preocupação e tentam promover esse resgate através de ações que motivam a revigorar a língua falada e, com isso, a geração mais jovem está novamente se preocupando com a manutenção da sua língua.

Os índios kaingang consideram a língua um dos principais aspectos de sua cultura, embora alguns indígenas não saibam falar, mas a maioria deles na aldeia sabe. Existem programas relativos à educação que primam pela manutenção da língua kaingang nas escolas indígenas, a exemplo das cartilhas bilíngues.

### 3.6 A educação indígena kaingang

A relação dos povos indígenas com a educação escolar sucedeu-se no período colonial, quando missionários jesuítas chegaram ao Brasil com a finalidade de conquistar novos fiéis para a Igreja Católica, utilizando práticas escolares e catequizadoras para civilizar os índios e também preparar mão de obra para o trabalho. Durante o século XIX, continuaram sendo utilizados métodos de educação e cristianização com os indígenas, tendo como principais objetivos liberar as terras – aldeamentos – para a colonização.

Em 1991, as escolas indígenas, que até então estavam vinculadas à FUNAI, passaram a ser administradas pelo Ministério da Educação. Desse momento, houve um movimento de afirmação da educação escolar indígena, amparada por leis. Segundo esse modelo de educação escolar indígena, a escola deve ser “comunitária, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada” (BRASIL, 1998) para a valorização e a manutenção da cultura indígena.

No Padrão Referencial de Currículo para as Escolas Indígenas da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul de 1995 a 1998 está esclarecido que, no Brasil, existem cerca de duzentas sociedades indígenas diferentes falando em torno de 180 línguas e dialetos. No Rio Grande do Sul existem 11 reservas reconhecidas e outras terras demarcadas e em processo.

Com relação à educação indígena, pela sua especificidade, está previsto que

a escola indígena tem como objetivo a conquista de autonomia sócio econômico-cultural de cada povo, contextualizada na recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência, para possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária, de outras sociedades indígenas e não-indígenas. A escola indígena tem que ser parte do sistema de educação de cada povo, a fim de fornecer [...] elementos para uma relação positiva de igualdade com outras sociedades (RIO GRANDE DO SUL, 1996, p. 12).

Tendo em vista a normatização, entendemos que a preocupação da educação indígena é específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, seguindo princípios da sua própria cultura e vida social. Esses conjuntos de elementos diferenciam-se da educação que lhe é oferecida aos indivíduos de outras sociedades ou culturas, pois a sociedade indígena é portadora de uma grande tradição cultural vivenciada pelo povo, tendo uma identidade própria com crenças, costumes e organização social.

Temos nesse contexto a imagem da escola da aldeia, Escola Estadual de Ensino Fundamental Pero-Gá, mantida pelo governo do estado, tendo até o 6º ano do ensino fundamental de nove anos. A escola alfabetiza em português a partir do 3º ano, o que acontece para manter a língua materna, relata o professor das séries iniciais. A partir do 7º ano os alunos deslocam-se para uma escola municipal na linha Encruzilhada dos Ribeiros.



Fonte: Acervo de Simone Serpa Catafesta (2012).

Figura 24: Escola Pero-Gá.

Os professores da escola municipal João Baptista Neto apontam para a dificuldade de aprendizagem dos alunos kaingang. Eles colocam que deveriam ter mais apoio por parte do poder público na adequação de melhores aulas, pois os professores não sabem falar kaingang, e isso ocasiona dificuldades no ensino e na aprendizagem dos alunos. Muitas vezes os alunos se relacionam na língua kaingang e o professor não sabe o que estão falando. Na opinião dos professores, deveria haver o acompanhamento de um intérprete ou um professor que falasse kaingang para facilitar o entendimento entre professor e aluno.

Hoje, no Brasil, a educação tem uma contínua busca pela informação, dando ênfase a um ensino não fechado, mas receptivo a todas as mudanças que ocorrem na sociedade.

Acredito que o maior desafio a ser enfrentado diz respeito à visão sobre o novo “homem brasileiro”, que insere o índio e todas as demais etnias e culturas que formam o nosso país.

Nesse ponto devemos tratar com igualdade todas as culturas brasileiras, pois as próprias leis normatizam direitos iguais a todos os cidadãos. Todos devem ter acesso à educação, bem como capacitação para a obtenção dos novos meios de informações, de descoberta de novas verdades, além da inclusão dessas novas descobertas em sua própria cultura.

A inclusão de uma nação livre e solidária – sonho dos indígenas da escola Pero-Gá – contempla o exercício da cidadania não como um privilégio a “uns poucos”, mas um direito de todos. Para ocorrer essa inclusão é preciso acabar com o preconceito e as discriminações existentes no nosso meio, além de oportunizar políticas de inserção, bem como resolver problemas básicos que ainda assombram esse povo.

No entanto, essas mudanças nos causam uma incerteza, pois não existe mais sabedoria absoluta. Segundo Morin (2001), estamos vivendo a era da incerteza, na qual existem muitas interpretações de valores e conhecimento.

Partindo desse ponto de vista, a educação deve proporcionar aos educandos menos favorecidos o conhecimento prévio, construindo, assim, o próprio ponto de vista, porque aprender implica apropriar-se da informação segundo os conhecimentos – cultura – que o educando já tem e os que estão sendo reconstruídos.

No entanto, devem surgir iniciativas para a realização desses projetos a serem vinculados aos novos suportes tecnológicos presentes no nosso dia a dia. Existe grande carência nos sistemas, mas devemos questionar e verificar se todos estão tendo o direito de produzir e interagir nesses modernos equipamentos, como computadores ligados à internet, o que não vemos na escola Pero-Gá, pois a escola conta apenas com dois computadores na secretaria para a realização dos afazeres burocráticos, ao passo que os alunos não têm uma sala de informática ou local para acessar a internet e, portanto, as pesquisas de trabalhos são realizadas somente com recursos bibliográficos.

### **3.7 As novas tecnologias inseridas na cultura indígena**

Com a evolução das tecnologias, sobretudo nos últimos anos, as relações tradicionais estabelecidas entre tecnologia e homem ou máquina x homem foram mudadas e, com isso, o homem teve de redesenhar o universo do conhecimento nas novas tecnologias.

Nosso país está marcado por grandes transformações nesse cenário tecnológico, no qual percebemos um intenso desenvolvimento. Entretanto, associado a esse fator temos a problemática na aldeia, onde se verifica uma sociedade menos favorecida com relação a esses novos aparatos tecnológicos, como celulares, computadores, internet, entre outros.

O conjunto de transformações parte do novo padrão tecnológico estabelecido entre produção e produto cada vez mais sofisticado e inovador, elevando, assim, a diversidade da cultura do povo, onde alguns têm conhecimento e a maioria não tem pleno domínio sobre esse fator. No entanto, essa evolução vem atingir o povo indígena na sua cultura. Nesse aspecto, vimos os valores e o convívio social passando por uma transição em que os mais jovens e com um melhor poder aquisitivo têm celulares, sendo que outros não conhecem ou não sabem manuseá-lo. É visível o gosto dos indígenas pelos celulares, um “rádio ambulante” maravilhoso, pois eles gostam muito de ouvir músicas.

Edgar Morin (1996) nos coloca um novo paradigma que surge do pressuposto de que tudo no universo, concebido de forma sistêmica, encontra-se relacionado, e uma nova concepção deverá emergir de maneira a superar a limitação histórico-cultural que herdamos. Com isso, a cultura kaingang está passando por um intenso impacto cultural ou aculturação, o que era e o que hoje está se encaminhando.

Diante de uma nova realidade que está sendo marcada por várias transformações e adaptações, devemos trazer conosco questionamentos sobre inclusão, integração e interação nessas novas formas culturais do dia a dia para os kaingang, pois o seu povo, na maioria dos seus indivíduos, encontra-se sem condições de acesso a esses novos aparatos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações que se deram de forma significativa na cultura indígena kaingang da reserva de Nonoai não impediram que os índios mantivessem a essência da sua origem. Eles sofreram certa transcultura, mas isso não os impediu de serem índios kaingang. A maior parte das mudanças aconteceu de forma positiva, pois os índios não podiam ficar vivendo da forma como seus antepassados viveram.

O que falta para os não indígenas é o conhecimento da cultura kaingang. Se isso acontecesse de forma mais consciente, com certeza, brancos e índios poderiam viver e conviver em harmonia, um respeitando e valorizando a cultura do outro, sem haver a possibilidade de uma sobrepor-se à outra.. Muitas situações mostram essa possibilidade do diferente, gerando certa empatia entre ambas. É próprio do ser humano estabelecer diferenças entre as pessoas e, mesmo, as culturas, e raramente é vivenciada de maneira positiva. Essa é uma tendência humana lógica chamada “categorização social” à comparação e ao diferente. Com os “encontros de culturas” esse preconceito tende a ser superado, permitindo o enraizamento de muitas possibilidades de troca de aprendizado, chegando à tomada de consciência de reconhecer e aprender com as diferenças. Em geral, estamos todos inseridos e/ou influenciados por uma ou outra cultura.

Há uma diversidade étnica muito importante e rica no meio onde vivemos. É o que afirma o vice-presidente do Conselho Indigenista, missionário Roberto Antonio Liebgott: “Eles nunca serão iguais a nós e temos que entender isso. Por sermos hegemônicos, tentamos impor o nosso modo de ser sobre o dos outros.”

As transformações fazem-se presentes nos afazeres diários, pois o índio antigamente vivia da coleta de alimentos e da caça, hoje tem uma vida mais moderna, em que alguns trabalham em indústrias. Com isso, o aspecto econômico mudou, entretanto, existem ainda índios que têm uma vida mais simples, que produzem o artesanato para a sobrevivência, o que demonstra a existência dentro da aldeia de uma disparidade econômica significativa.

Percebemos que houve uma circularidade cultural entre brancos e índios. As festas e rituais, que eram realizados na aldeia, hoje não ocorrem mais, porém já inseriram ou adaptaram outros aspectos, como a escolha da mais bela índia. Os índios têm uma preocupação com a manutenção e revitalização da sua cultura; entretanto, as transformações culturais dos índios kaingang são notoriamente visíveis, e os próprios indígenas têm essa visão.

O artesanato decorativo teve várias adaptações no decorrer dos anos, como a inserção de miçangas e outras formas de criação, produção e uso. Dessa forma, o artesanato utilitário também sofreu modificações, pois as máquinas substituíram alguns utensílios, como o cesto, a peneira, entre outros. Mas o índio vai criando e adaptando outros artefatos e produtos, como os suportes para flores e as luminárias para substituir e continuar tendo renda com seu artesanato.

O fazer artístico dos índios não precisa permanecer para justificar a sua arte; o simples fato de criar já é o bastante. Pela criação, retratam suas ideologias, o meio onde vivem e o que acreditam ser melhor para a sua vida na aldeia. Contudo, não têm a preocupação de guardar ou preservar a sua criação, nem mesmo expô-la.

A língua é um dos aspectos culturais mais importantes. Percebemos a preocupação de todos os índios em revitalizar e mantê-la, como também notamos que na escola eles têm essa preocupação. Sabemos que a escola Pero-Gá prima por melhores condições para o ensino e a aprendizagem dos índios, com ensino bilíngue. Também há interesse em buscar a capacitação de professores índios, tendo, assim, uma melhor qualidade no ensino na aldeia, visto que na escola da aldeia só são aceitos professores índios.

Outro aspecto que podemos destacar é o gosto que o índio kaingang tem pelas tecnologias, como a TV, o rádio e principalmente os celulares. O jogo de futebol é o principal lazer entre eles, e muito apreciado tanto pelos homens como pelas mulheres da aldeia, sendo praticado também fora da aldeia, entre os brancos.

Tivemos dificuldade na procura de dados relevantes e significativos, pois a aldeia que pesquisamos estava vivenciando naquele momento problemas com índios envolvidos em assalto a banco em Gramado dos Loureiros. Percebemos o receio e a desconfiança que os eles tinham em falar.

Nossa análise procurou elucidar as tendências culturais que transformaram o cotidiano do índio. A pesquisa sobre o tema não se esgotou, uma vez que é uma cultura rica e, por isso, sinaliza para novos estudos.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 v.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e crítica de arte*. Lisboa: Artes Gráficas, 1988.
- ARESI, Cláudia. *Transformações culturais e território: o kaingang da reserva indígena de Serrinha-RS*. Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2008.
- BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. Refletindo sobre a cultura material e os grafismos kaingang: possibilidade para interpretação arqueológica. In: MASSI, Marco A. N. de. *Xokleng 2860 a. C. As terras Altas do Sul do Brasil*. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória. Tubarão: Unisul, 2006. p. 124-154.
- BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BECKER, Ítala I. B. *O índio no Rio Grande do Sul*. Perspectivas. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976. 334 p. (Pesquisas antropologia, 29).
- BORBA, Telêmaco. *Actualidade indígena (Paraná, Brazil)*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- BORBA, Telêmaco M. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: Typographia do Diário Oficial, v. VI, p. 53-62, 1904.
- BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean Marie. Cultura material. *Enciclopédia Einaudi*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1989. v. 16.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: arte*. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 17-30; 205-254.
- CARINI, Joel João. *Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Civilização e cultura*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- CEOM, Cadernos. *Bens culturais e ambientais*. Chapecó: Argos, 2008.
- COLETÂNEA de Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Governo do estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização, 1961.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- ELIAS, N.; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- FAVARETTO, Beatriz. *Sobre a significação das aulas de artes para as crianças indígenas kaingáng*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, 2009.
- FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do cativo*. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1789-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008.
- FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.
- FONTANA, Roseli Cação. *Meditação pedagógica na sala de aula*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Osaber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GOLIN, Tau et al. *Povos indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009 . v. 5.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- IHERING, Hermann von. Os guayanãs e caingangs de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: Typographia do Diario Official, v. VI, p. 23-44, 1904.
- KERN, Arno. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEONTIEV, Aléxis. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004.

- LÊNIN, V. I. *Cultura e revolução cultural*. Trad. de Lincoln Borges Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Memória e ritmos. Lisboa: Edições 70, 1983. v. 2.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- MARCON, Telmo. *História e cultura kaingáng no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1994.
- MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. Trad. de Maria Elisabete Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHINITMAN, D. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Lá mente Bien ordenada: repensar la reforma, reforma el pensamiento*. Barcelona: Seix Barral, 2001.
- NASCIMENTO, Ernilda Souza. *Há vida na história dos outros*. Chapecó: Argos, 2001.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- NOGUEIRA, Sandra. *A tanoaria no Concelho do Cartaxo*. Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos. 3. ed. Lisboa: Fundação da Juventude 2000. p. 184-293.
- NONNEMACHER, Marisa S. *Aldeamentos kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.
- OLIVEIRA, Érico José Souza de. *A roda do cavalo marinho: espaço para uma memória espetacular de uma ancestralidade festiva*. Salvador: Jipe-Cit (UFBA), 2008.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2006.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- RELATÓRIO da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) – 1910. *Relatório da Secretaria das Obras Públicas*. 1910, p. 152-153.
- RIBEIRO, D. *Kadiwéu*. Ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Berta. G. *A linguagem simbólica da cultura material*. Petrópolis: Vozes 1986. (Suma etnológica brasileira, 3).

\_\_\_\_\_. *Cultura - um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. *Suma etnológica brasileira: arte índia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. Departamento Pedagógico. *Padrão Referencial de Currículo: documento básico*. Porto Alegre, 1996.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) - São Leopoldo, 2004.

SANTOS, Helena. “*Um exercício para o artesanato*”, *mãos, artes e ofícios tradicionais*. CEARTE/CRAT nº 1, 1997.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SCHMITZ, Pedro I.; ROGGE, Jairo H. Casas subterrâneas no Planalto Meridional: a origem dos índios kaingáng? In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, XI. Rio de Janeiro, 2001. *Anais...*

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola*. Brasília: Mari/UNESCO, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; Woodward, Kathryn (Coord.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TESCHAUER, Carlos. *Porandúba rio-grandese*. Porto Alegre: Globo, 1929.

VEIGA, Juracilda. *Organização e cosmovisão kaingang*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

WEBER, Regina. O avanço dos “italianos”. *História em revista*, Pelotas, RS, v. 10, p. 75-94, dez. 2004.

ZAMBONI, Silvio. *A pesquisa em arte um paralelo entre arte e ciência*. Campinas: Autores Associados, 1998.

ACTUALIDADE-INDIGENA. Disponível em:

<<http://www.scribd.com/doc/12953872/Actualidade-Indigena-Borba-1908>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

DADOS do IBGE sobre os indígenas. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2013.

DADOS do IBGE população indígena. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430912#>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

OBSERVAÇÕES de Telêmaco Borba. Disponível em:  
<[http://biblio.etnolinguistica.org/borba\\_1904\\_observacoes](http://biblio.etnolinguistica.org/borba_1904_observacoes)>. Acesso em: 15 jul. 2010.

OS ÍNDIOS guaynas Disponível em:  
<[http://biblio.wdfiles.com/localfiles/ihering1904guayanas/ihering\\_1904\\_guayanas.pdf](http://biblio.wdfiles.com/localfiles/ihering1904guayanas/ihering_1904_guayanas.pdf)>.  
Acesso em: 17 jul. 2010.